TesouroNacional

Abril/2015
Vol. 21, N. 4

Resultado do **Tesouro Nacional**

Brasília
Maio/2015

TesouroNacional

MINISTRO DA FAZENDA
Joaquim Vieira Ferreira Levy

SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Tarcísio José Massote de Godoy

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL
Marcelo Barbosa Saintive

SUBSECRETÁRIOS
Líscio Fábio de Brasil Camargo
Marcus Pereira Aucélio
Otavio Ladeira de Medeiros
Paulo Fontoura Valle
Pricilla Maria Santana

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Alex Pereira Benício

EQUIPE
Bruno Fabrício Ferreira da Rocha
Erika Medeiros de Siqueira
Fernando Cardoso Ferraz
Gabriel Gdalevici Junqueira
Jailison Weilly Silveira

Arte
Projeto Gráfico: Renato Barbosa e Karla Rocha
Co-autoria do Projeto Gráfico: Alline Luz e Viviane Barros
Diagramação: Renato Barbosa

O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:
Tel: (61) 3412-2203
Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: http://www.tesouro.gov.br

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 21, n. 04 (abril 2015). – Brasília : STN, 1995_.

Mensal.
Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.
ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

Sumário

Resultado Fiscal do Governo Central....5

Receitas do Tesouro Nacional....8

Transferências do Tesouro Nacional....14

Despesas do Tesouro Nacional....17

Previdência Social....25

Dívida Líquida do Tesouro Nacional....29

Dívida Interna Líquida....30

Dívida Externa Líquida....33

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Mensal....5

Tabela 2 - Resultado Primário do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano....6

Tabela 3 - Resultado do Governo Central - % PIB....7

Tabela 4 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal....8

Tabela 5 - Receitas Primárias do Governo Central - Resultado Acumulado no Ano....11

Tabela 6 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - % PIB....12

Tabela 7 - Dividendos - Resultado Acumulado no Ano....12

Tabela 8 - Transferências a Estados e Municípios - Resultado Mensal....14

Tabela 9 - Transferências a Estados e Municípios - Resultado Acumulado no Ano....15

Tabela 10 - Transferências a Estados e Municípios - % PIB....16

Tabela 11 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Mensal....17

Tabela 12 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal....18

Tabela 13 - Despesas Primárias do Governo Central - Resultado Acumulado....19

Tabela 14 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Operações Oficiais de Crédito - Resultado Acumulado no Ano....20

Tabela 15 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano....21

Tabela 16 - Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Média Acumulada no Ano....22

Tabela 17 - Despesas do Tesouro Nacional - % PIB....22

Tabela 18 - Resultado Primário da Previdência Social - Resultado Mensal....25
Tabela 19 - Resultado Primário da Previdência Social - Resultado Acumulado no Ano....26
Tabela 20 - Resultado da Previdência Social - % PIB....27
Tabela 21 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social....28
Tabela 22 - Divida Líquida do Tesouro Nacional....29
Tabela 23 - Divida Interna Líquida do Tesouro Nacional....30
Tabela 24 - Divida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional....30
Tabela 25 - Variação da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional....31
Tabela 26 - Haveres Internos do Tesouro Nacional....32
Tabela 27 - Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional....33
Tabela 28 - Variação da Dívida Externa do Tesouro Nacional....33

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central....7
Gráfico 2 - Resultado do Governo Central....7
Gráfico 3 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Mensal....9
Gráfico 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano....11
Gráfico 5 - Base de Cálculo Transferências Constitucionais....14
Gráfico 6 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Mensal....18
Gráfico 7 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Mensal....18
Gráfico 8 - Despesas do Tesouro Nacional - Resultado Acumulado no Ano....20
Gráfico 9 - Despesas de Custeio e Capital - Resultado Acumulado no Ano....20
Gráfico 10 - Evolução dos Benefíciosde Seguro Desemprego ao Pescador Artesanal....21
Gráfico 11 - Execução de Restos a Pagar....22
Gráfico 12 - Benefícios Emitidos da Previdência....26
Gráfico 13 - Dívida Líquida do Tesouro Nacional....29

Resultado Fiscal do Governo Central

Em abril de 2015, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R$ 10,1 bilhões, contra superávit R$ 1,5 bilhão em março de 2015 e R$ 16,6 bilhões registrados em abril de 2014. No mês, o Tesouro Nacional registrou superávit de R$ 13,3 bilhões; a Previdência Social (RGPS) déficit de R$ 3,1 bilhões e o Banco Central déficit de R$ 78,4 milhões.

R$ Milhões

Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central [1] - Brasil - 2014/2015

Discriminação do Resultado	2014	2015		Variação (%)	
				Abr/15	Abr/15
	Abr	Mar	Abr	Mar/15	Abr/14
I. RECEITA TOTAL	112.365,70	97.414,2	117.532,7	20,7%	4,6%
Receitas do Tesouro	85.150,7	70.155,0	86.822,5	23,8%	2,0%
Receitas da Previdência Social	26.799,3	27.037,9	30.452,1	12,6%	13,6%
Receitas do Banco Central	415,7	221,3	258,1	16,6%	-37,9%
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	16.331,07	14.818,3	18.335,1	23,7%	12,3%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	96.034,64	82.595,9	99.197,6	20,1%	3,3%
IV. DESPESA TOTAL	79.422,53	81.110,2	89.111,9	9,9%	12,2%
Despesas do Tesouro	49.245,5	47.285,1	55.211,5	16,8%	12,1%
Despesas da Previdência Social (Benefícios)	29.870,5	33.560,9	33.564,0	0,0%	12,4%
Despesas do Banco Central	306,6	264,2	336,4	27,3%	9,7%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB [2]	0,00	0,00	0,00	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	16.612,1	1.485,8	10.085,6	578,8%	-39,3%
Tesouro Nacional	19.574,2	8.051,6	13.275,9	64,9%	-32,2%
Previdência Social (RGPS)	-3.071,2	-6.522,9	-3.111,9	-52,3%	1,3%
Banco Central [3]	109,1	-42,9	-78,4	82,5%	-

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recurso de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.
2. Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.
3. Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

O resultado primário do Governo Central, em abril de 2015, foi superavitário em R$ 10,1 bilhões, contra superávit de R$ 1,5 bilhão registrado no mês anterior.

As receitas do Governo Central aumentaram R$ 20,1 bilhões (20,7%), passando de R$ 97,4 bilhões em março para R$ 117,5 bilhões em abril de 2015 em função, sobretudo: (i) do aumento na arrecadação de impostos relativos a 1ª cota ou cota única do IRPF, referente ao ano calendário de 2014, apurado e pago em abril e também do recolhimento de 1ª cota ou cota única do IRPJ/CSLL em decorrência do encerramento, em março de 2015 da apuração trimestral e pagamento em abril; e (ii) da elevação das receitas diretamente arrecadadas referentes, principalmente, ao recolhimento de R$ 2,6 bilhões da Taxa de Fiscalização e Funcionamento (TFF), que integra o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel).

As transferências da União aos Estados e Municípios apresentaram acréscimo de R$ 3,5 bilhões (4,7%). Este resultado decorre principalmente do aumento de R$ 1,9 bilhão (242,2%) nas transferências do Fundeb.

As despesas do Governo Central apresentaram acréscimo de R$ 8,0 bilhões (9,9%) no comparativo entre março e abril de 2015. Esse resultado reflete principalmente o aumento de R$ 7,9 bilhões (16,8%) nas despesas do Tesouro Nacional. Este item, por sua vez, teve como principais determinantes a elevação nos gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas (em especial no Programa de Sustentação do Investimento - PSI) em R$ 3,2 bilhões e o aumento nas despesas de compensação ao RGPS devido ao impacto do 13º salário pago aos segurados, conforme desoneração da folha salarial prevista na Lei nº 12.715/2012 em R$ 2,5 bilhões.

Já na comparação com abril de 2014, o resultado primário do Governo Central decresceu R$ 6,5 bilhões, passando de um superávit de R$ 16,6 bilhões em 2014 para R$ 10,1 bilhão em abril de 2015. As receitas apresentaram aumento de R$ 5,1 bilhões (4,6%) e as despesas cresceram R$ 9,7 bilhões (12,2%) quando comparadas a abril do ano anterior.

A receita do Governo Central apresentou elevação de 3,3% em relação ao 1º quadrimestre de 2014, enquanto a despesa do Governo Central elevou-se 8,1% para o mesmo período.

R$ Milhões

Tabela 2 - Resultado Primário do Governo Central [1] - Brasil - 2014/2015

Discriminação do Resultado	Jan-Abr 2014	Jan-Abr 2015	Variação (%)
I. RECEITA TOTAL	418.304,2	432.192,4	3,3%
Receitas do Tesouro	315.469,8	320.927,1	1,7%
Receitas da Previdência Social	101.676,8	110.395,9	8,6%
Receitas do Banco Central	1.157,6	869,4	-24,9%
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	73.939,1	77.378,2	4,7%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	344.365,1	354.814,3	3,0%
IV. DESPESA TOTAL	314.632,5	340.221,5	8,1%
Despesas do Tesouro	197.160,1	207.554,8	5,3%
Despesas da Previdência Social (Benefícios)	116.453,1	131.557,7	13,0%
Despesas do Banco Central	1.019,3	1.109,1	8,8%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB [2]	0,0	0,0	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	29.732,6	14.592,8	-50,9%
Tesouro Nacional	44.370,6	35.994,2	-18,9%
Previdência Social (RGPS)	-14.776,3	-21.161,8	43,2%
Banco Central [3]	138,3	-239,6	-
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	1,67%	0,78%	

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

O resultado primário no 1º quadrimestre de 2015 reflete a queda de receitas tributárias, determinada pelo menor nível de atividade econômica, bem como a contenção das despesas do Tesouro Nacional, que se elevaram apenas 0,3% em termos reais em comparação ao mesmo período de 2014.

Gráfico 1. Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central Brasil - 2014/2015 - R$ Bilhões

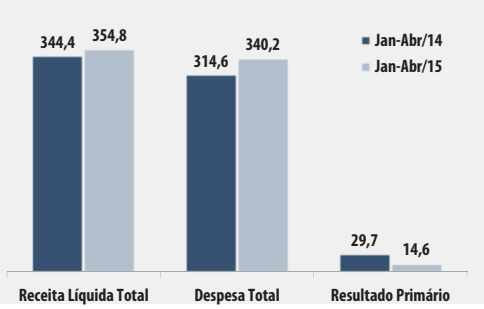
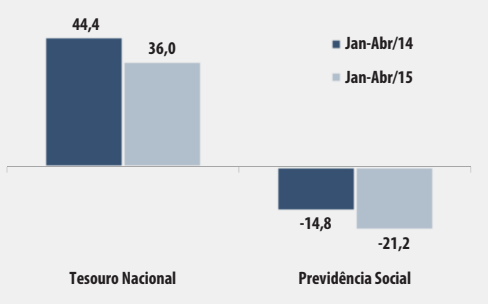


Gráfico 2. Resultado do Governo Central Brasil - 2014/2015 - R$ Bilhões



Comparativamente ao acumulado até abril de 2014, houve decréscimo de R$ 15,1 bilhões (51,0%) no resultado primário do Governo Central, passando de um superávit de R$ 29,7 bilhões em 2014 para R$ 14,6 bilhões em 2015.

As receitas totais do Governo Central apresentaram aumento de R$ 13,9 bilhões (3,3%) em relação ao acumulado de janeiro a abril de 2014. Desse montante, destaca-se o crescimento de R$ 10,8 bilhões (7,2%) em receitas de impostos e de R$ 5,6 bilhões (4,8%) em receitas de contribuições.

As despesas do Governo Central cresceram R$ 25,6 bilhões (8,1%), se comparadas ao acumulado até abril de 2014, destacando-se os incrementos de R$ 15,1 bilhões (13,0%) nas despesas da Previdência Social.

O resultado primário do Governo Central atingiu 0,78% do PIB no primeiro quadrimestre de 2015, ante 1,67% no mesmo período de 2014.

% PIB

Tabela 3 - Resultado do Governo Central - Brasil - 2014/2015

Discriminação	Jan-Abr	
	2014	2015
GOVERNO CENTRAL	1,67%	0,78%
Tesouro Nacional	2,49%	1,92%
Previdência Social	-0,83%	-1,13%
Banco Central	0,01%	-0,01%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Receitas do Tesouro Nacional

R$ Milhões

Tabela 4 - Receitas Primárias do Governo Central [1] - Brasil - 2014/2015					
Discriminação do Resultado	2014	2015		Variação (%)	
	Abr	Mar	Abr	Abr/15 Mar/15	Abr/15 Abr/14
I. RECEITA TOTAL	112.365,7	97.414,2	117.532,7	20,7%	4,6%
I.1. Receitas do Tesouro	85.150,7	70.155,0	86.822,5	23,8%	2,0%
Receita Bruta [2]	86.086,7	71.091,6	88.095,5	23,9%	2,3%
Impostos	42.562,8	35.453,9	44.264,9	24,9%	4,0%
IR	33.141,6	24.936,0	33.986,5	36,3%	2,5%
IPI	4.018,0	3.863,1	4.112,8	6,5%	2,4%
Outros	5.403,1	6.654,8	6.165,7	-7,4%	14,1%
Contribuições	28.663,9	26.975,5	30.442,5	12,9%	6,2%
Cofins	15.191,9	15.313,0	17.075,9	11,5%	12,4%
CSLL	7.068,8	5.087,1	6.242,2	22,7%	-11,7%
Pis/Pasep	4.013,6	4.201,3	4.562,5	8,6%	13,7%
Cide-Combustíveis	0,8	0,6	0,4	-26,4%	-40,5%
Outras	2.388,8	2.373,6	2.561,5	7,9%	7,2%
Demais	14.860,0	8.662,2	13.388,1	54,6%	-9,9%
Cota parte de compensações financeiras	6.026,1	1.331,8	3.389,3	154,5%	-43,8%
Diretamente arrecadadas	4.745,5	3.394,9	7.349,1	116,5%	54,9%
Concessões	225,8	68,2	619,2	808,3%	174,2%
Dividendos	2.340,7	1.755,4	345,3	-80,3%	-85,2%
Outras	1.521,8	2.111,9	1.685,1	-20,2%	10,7%
(-) Restituições	-931,3	-936,5	-1.272,9	35,9%	36,7%
(-) Incentivos Fiscais	-4,7	0,0	0,0	-	-100,0%
I.2. Receitas da Previdência Social [3]	26.799,3	27.037,9	30.452,1	12,6%	13,6%
Receitas da Previdência Social - Urbano	26.195,2	26.551,8	29.780,7	12,2%	13,7%
Receitas da Previdência Social - Rural	604,1	486,1	671,4	38,1%	11,1%
I.3. Receitas do Banco Central	415,7	221,3	258,1	16,6%	-37,9%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de "caixa", que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2. Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3. Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

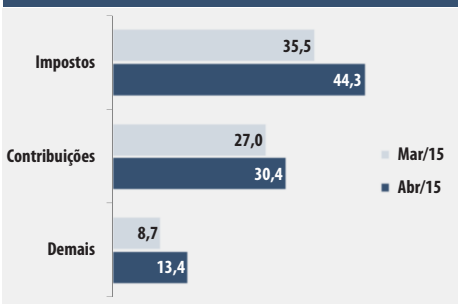
Receitas do Tesouro Nacional

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R$ 17,0 bilhões (23,9%), passando de R$ 71,1 bilhões, em março de 2015, para R$ 88,1 bilhões em abril do mesmo ano. Este comportamento é explicado por: (i) aumento de R$ 8,8 bilhões (24,9%) na arrecadação de impostos; (ii) acréscimo de R$ 4,7

bilhões (54,6%) no ingresso de demais receitas; e (iii) crescimento de R$ 3,5 bilhões (12,9%) na arrecadação de contribuições.

Gráfico 3. Receita Bruta do Tesouro Nacional Brasil - 2014/2015 - R$ Bilhões



As receitas de impostos federais totalizaram R$ 44,3 bilhões e as de contribuições R$ 30,4 bilhões, apresentando em seu conjunto um acréscimo de R$ 12,3 bilhões (19,7%) em relação aos valores apurados em março de 2015. Essa evolução decorreu sobretudo do aumento de R$ 6,4 bilhões na arrecadação do IRPF, devido ao pagamento da 1º cota ou cota única do IRPF referente à Declaração de Ajuste 2015, ano base 2014, e do acréscimo de R$ 3,6 bilhões (11,5%) do IRPJ e CSLL em função do pagamento da 1º cota ou cota única do IRPJ e da CSLL referente à apuração trimestral encerrada em março de 2014.

A receita do Governo Central apresentou acréscimo de R$ 20,1 bilhões (20,7%) relativamente ao mês anterior. Esse aumento é explicado principalmente por recolhimentos sazonalmente concentrados neste mês.

As demais receitas do Tesouro Nacional registraram aumento de R$ 4,7 bilhões (54,6%), devido ao acréscimo de R$ 4,0 bilhões nas receitas diretamente arrecadadas, principalmente em função do recolhimento de R$ 2,6 bilhões da Taxa de Fiscalização e Funcionamento (TFF), que integra o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel). Além disso, cumpre destacar o crescimento de R$ 2,1 bilhões na arrecadação da cota parte de compensações financeiras, devido a arrecadação trimestral de royalties, em abril, sobre a participação especial na exploração de petróleo e gás natural, efeito parcialmente compensado pela redução de R$ 1,4 bilhão em dividendos, explicada pelo recolhimento, em março, de R$ 1,1 bilhões da Caixa Econômica Federal e R$ 548,0 milhões do Banco do Brasil, sem correspondência em abril.

Receitas do Tesouro Nacional

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou, em abril de 2015, crescimento de R$ 2,0 bilhões (2,3%) em relação a abril de 2014. Os principais fatores que contribuíram para esse resultado foram:

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento nominal de 2,3% em relação a abril de 2014. Em termos reais houve redução de 5,4%.

i) aumento de R$ 1,9 bilhão na receita da Cofins (12,4%), explicado pelo efeito combinado do decréscimo real de 0,67% do volume de vendas de fevereiro de 2015 em relação ao mesmo mês de 2014, do crescimento das alíquotas do PIS/Cofins incidentes sobre gasolina e diesel e das compensações tributárias em abril de 2014, sem contrapartida em 2015.

ii) acréscimo de R$ 867,5 milhões (114,8%) na receita de IRRF - Outros Rendimentos, resultado decorrente de recolhimento atípico, em abril de 2015, a título de depósito judicial, no valor de R$ 835,0 milhões;

iii) elevação de R$ 783,5 milhões (15,5%) na arrecadação do Imposto de Renda de Pessoa Física – IRPF;

No 1º quadrimestre, a receita do Governo Central apresentou elevação nominal de R$ 13,9 bilhões (3,3%) relativamente ao ano anterior. Em termos reais, houve redução de 4,1%.

iv) aumento de R$ 673,5 milhões (9,5%) na receita de IRRF – Rendimentos do Trabalho;

v) incremento de R$ 429,9 milhões (17,7%) no Imposto sobre Operações Financeiras, em função do aumento na alíquota do IOF sobre operações de crédito das pessoas físicas, conforme Decreto nº 8.392/15;

vi) decréscimo de R$ 2,3 bilhões (11,4%) em IRPJ e CSLL devido à queda real de 29,1% na arrecadação estimativa mensal; redução de 10,1% na arrecadação do lucro presumido; e decréscimo de 11,3% na arrecadação do balanço trimestral; e

vii) redução de R$ 1,5 bilhão nas demais receitas, em função o efeito combinado de: (a) decréscimo da cota parte de compensações financeiras (R$ 2,6 bilhões), explicada pela redução da arrecadação da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, influenciada pela diminuição do preço do petróleo e derivados em reais e pelo decréscimo da base de arrecadação em campos produtores, devido ao aumento de gastos dedutíveis, bem como pela obtenção de liminares que reduziram o recolhimento desse tributo; (b) diminuição em dividendos (R$ 2,0 bilhões), devido ao recolhimento, em abril de 2014, de R$ 2,0 bilhões da Petrobras, sem evento correspondente em abril de 2015; parcialmente compensada pelo (c) crescimento de R$ 2,6 bilhões nas receitas diretamente arrecadadas, devido à arrecadação de R$ 2,6 bilhões da Taxa de Fiscalização e Funcionamento (TFF), que integra o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), que em 2014 ocorreu no mês de março.

Receitas do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

R$ Milhões

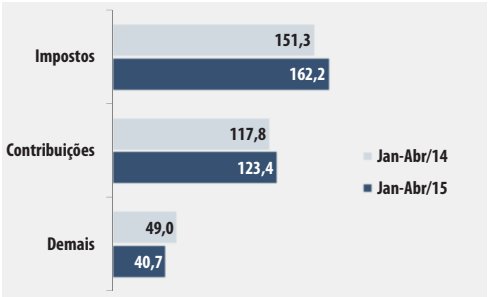
Tabela 5 - Receitas Primárias do Governo Central [1] - Brasil - 2014/2015

Discriminação do Resultado	Jan-Abr 2014	Jan-Abr 2015	Variação (%)
I. RECEITA TOTAL	418.304,2	432.192,4	3,3%
I.1. Receitas do Tesouro	315.469,8	320.927,1	1,7%
Receita Bruta [2]	318.121,4	326.196,1	2,5%
Impostos	151.332,6	162.159,9	7,2%
IR	113.106,8	120.811,5	6,8%
IPI	16.345,1	16.884,2	3,3%
Outros	21.880,8	24.464,2	11,8%
Contribuições	117.773,0	123.371,1	4,8%
Cofins	63.345,3	66.409,2	4,8%
CSLL	26.703,2	27.620,0	3,4%
Pis/Pasep	17.156,2	18.065,8	5,3%
Cide-Combustíveis	3,0	2,0	-33,5%
Outras	10.565,4	11.274,1	6,7%
Demais	49.015,8	40.665,1	-17,0%
Cota parte de compensações financeiras	16.174,3	10.641,3	-34,2%
Diretamente arrecadadas	17.336,4	18.202,2	5,0%
Concessões	991,1	1.047,1	5,7%
Dividendos	8.231,3	2.233,6	-72,9%
Outras	6.282,6	8.540,9	35,9%
(-) Restituições	-2.645,3	-5.269,0	99,2%
(-) Incentivos Fiscais	-6,3	0,0	-100,0%
I.2. Receitas da Previdência Social [3]	101.676,8	110.395,9	8,6%
Receitas da Previdência Social - Urbano	99.594,3	108.284,0	8,7%
Receitas da Previdência Social - Rural	2.082,5	2.111,8	1,4%
I.3. Receitas do Banco Central	1.157,6	869,4	-24,9%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Na comparação com o exercício de 2014, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R$ 8,1 bilhões (2,5%), passando de R$ 318,1 bilhões para R$ 326,2 bilhões. Esse comportamento deveu-se, em grande medida, ao aumento de R$ 10,8 bilhões (7,2%) na arrecadação de impostos e de R$ 5,6 bilhões (4,8%) na arrecadação de contribuições, parcialmente compensados pela diminuição em R$ 8,4 bilhões (17,0%) nas demais receitas.

Gráfico 4. Receita Bruta do Tesouro Nacional Brasil - 2014/2015 - R$ Bilhões



Em 2015, os impostos apresentaram elevação equivalente a 0,13 p.p. do PIB, explicada principalmente pela arrecadação de IRRF - Rendimentos do Trabalho e IRRF - Rendimentos do Capital.

A contribuições reduziram o equivalente a 0,05 p.p. do PIB, principalmente pelo impacto na Cofins do decréscimo real no volume de vendas e de importações.

As variações na arrecadação de impostos e contribuições decorreram, principalmente, dos seguintes fatores:

i) elevação de R$ 6,7 bilhões (13,1%) na arrecadação com IRRF, sobretudo em função do IRRF – Rendimentos do Trabalho, refletindo aumento de 6,77% na massa salarial no acumulado de dezembro de 2014 a março de 2015 em relação ao período de dezembro de 2013 a março de 2014;

% PIB

Tabela 6 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Brasil - 2014/2015

Discriminação	Jan -Abr 2014	Jan -Abr 2015
RECEITA BRUTA [1]	17,88%	17,38%
Impostos	8,51%	8,64%
IR	6,36%	6,44%
IPI	0,92%	0,90%
Outros	1,23%	1,30%
Contribuições	6,62%	6,57%
Cofins	3,56%	3,54%
CSLL	1,50%	1,47%
Pis/Pasep	0,96%	0,96%
Cide-Combustíveis	0,00%	0,00%
Outras	0,59%	0,60%
Demais	2,76%	2,17%
Cota parte de compensações financeiras	0,91%	0,57%
Diretamente arrecadadas	0,97%	0,97%
Concessões	0,06%	0,06%
Dividendos	0,46%	0,12%
Outras	0,35%	0,46%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

ii) acréscimo de R$ 3,1 bilhão (4,8%) na arrecadação de Cofins, fruto da combinação de: decréscimo real de 4,36% no volume de vendas no período de dezembro de 2014 a março de 2015 em comparação com o período de dezembro de 2013 a março de 2014; redução do volume de importações; recolhimento extraordinário de R$ 1,1 bilhão em fevereiro de 2015 e alteração nas alíquotas do PIS/Cofins incidentes sobre gasolina e diesel; e

iii) aumento de R$ 1,3 bilhão (1,7%) na arrecadação do IRPJ e da CSLL, decorrente do decréscimo real no pagamento por estimativa mensal (6,87%) e na arrecadação referente ao lucro presumido (4,86%).

As demais receitas reduziram-se o equivalente a 0,59 p.p. do PIB, explicadas principalmente pelo recolhimento de dividendos em 2014 sem correspondência em 2015 e pelo impacto da redução do preço do petróleo na cota parte de compensações financeiras.

R$ Milhões

Tabela 7 - Dividendos Pagos à União - Brasil - 2014/2015

Discriminação	Jan - Abr 2014	Jan - Abr 2015
Banco do Brasil	649,5	680,9
BNB	42,1	221,2
BNDES	3.898,2	0,0
Caixa	1.357,6	1.072,8
Correios	0,0	0,0
Eletrobras	0,0	0,0
IRB	47,0	88,5
Petrobras	2.012,7	0,0
Demais	224,4	170,2
Total	**8.231,3**	**2.233,6**

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional apresentou redução de R$ 8,4 bilhões (17,0%), em relação ao acumulado entre janeiro e abril de 2014, devido, principalmente, a: (i) decréscimo de R$ 6,0 bilhões (72,9%) em dividendos, sobretudo em função dos recebimentos do BNDES e Petrobras em 2014; (ii) diminuição de R$ 5,5 bilhões (34,2%) na cota parte de compensações financeiras, explicada pela redução do preço do petróleo e derivados em reais, pelo aumento dos gastos dedutíveis e pela obtenção de liminares que reduziram o pagamento de participações especiais; sendo parcialmente compensada pelo (iii) aumento de R$ 2,3 bilhões em outras receitas, em especial, devido ao parcelamento instituído pela Lei nº 12.996/2014 e pela elevação de R$ 865,8 milhões em receitas diretamente arrecadadas. Este último item foi influenciado pela arrecadação de R$ 478,8 milhões, até o mês de abril de Restituições de Benefícios Não Desembolsados do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), sem correspondência no mesmo período do ano anterior.

Transferências do Tesouro Nacional

R$ Milhões

Tabela 8 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2014/2015					
Discriminação do Resultado	2014	2015		Variação %	
	Abril	Março	Abril	Abr/15 Mar/15	Abr/15 Abr/14
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	16.331,1	14.818,3	18.335,1	23,7%	12,3%
Transferências Constitucionais	11.679,0	12.177,8	13.131,8	7,8%	12,4%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [1]	162,5	0,0	650,0	-	3,00
Transferências da Cide - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	-	-
Demais Transferências	4.489,5	2.640,5	4.553,3	72,4%	1,4%
Salário Educação	824,0	921,2	901,7	-2,1%	9,4%
Royalties	1.460,6	924,3	980,3	6,1%	-32,9%
Fundef/Fundeb	685,8	773,2	2.645,4	242,2%	285,7%
Outras	1.519,1	21,8	25,9	18,7%	-98,3%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Transferências do Tesouro Nacional
Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

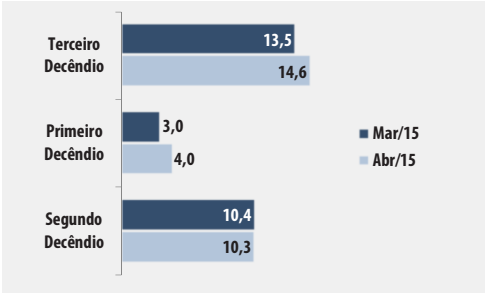
As transferências a Estados e Municípios apresentaram acréscimo de R$ 3,5 bilhões (23,7%) em abril de 2015, frente a março, refletindo sobretudo o acréscimo nas transferências constitucionais, reflexo da arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI).

Em abril de 2015, as transferências da União aos Estados e Municípios apresentaram aumento de R$ 3,5 bilhões (23,7%), totalizando R$ 18,3 bilhões, contra R$ 14,8 bilhões no mês anterior. Esse comportamento decorre, principalmente:

i) do acréscimo de R$ 954,0 milhões (7,8%) nas transferências constitucionais, reflexo da arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), sobretudo no terceiro decêndio de março, com reflexo nas transferências de abril; e

ii) do aumento de R$ 1,9 bilhão (242,2%) nas transferências do Fundeb.

Gráfico 5. Base de Cálculo Transferências Constitucionais Brasil - 2014/2015 - R$ Bilhões



Transferências do Tesouro Nacional

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Em relação a abril de 2014, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R$ 2,0 bilhões (12,3%), passando de R$ 16,3 bilhões em abril 2014 para R$ 18,3 bilhões em abril 2015. As principais variações no período foram:

i) elevação de R$ 2,0 bilhões (285,7%) nas transferências do Fundeb sobretudo em função do ajuste anual da complementação dos recursos repassados a Estados e Municípios;

ii) aumento de R$ 1,5 bilhão (12,4%) nas transferências constitucionais, reflexo da variação de arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI); e

iii) redução de R$ 480,3 milhões (32,9%) nas transferências de royalties de petróleo, reflexo da variação na arrecadação do tributo nesse período.

Transferências do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Em relação ao acumulado de 2014, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R$ 3,4 bilhões (4,7%), elevando-se de R$ 73,9 bilhões em 2014 para R$ 77,4 bilhões em 2015. As principais variações no período foram:

R$ Milhões

Tabela 9 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2014/2015

Discriminação do Resultado	Jan-Abr 2014	Jan-Abr 2015	Variação %
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	73.939,1	77.378,2	4,7%
Transferências Constitucionais	55.025,7	58.413,5	6,2%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [1]	2.437,5	650,0	-73,3%
Transferências da Cide - Combustíveis	116,1	7,8	-93,2%
Demais Transferências	16.359,8	18.306,9	11,9%
Salário Educação	3.921,9	5.202,3	32,6%
Royalties	7.073,8	5.854,8	-17,2%
Fundef/Fundeb	3.725,4	7.102,9	90,7%
Outras	1.638,8	146,9	-91,0%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

i) elevação de R$ 3,4 bilhão (90,7%) nas transferências relacionadas ao Fundeb sobretudo em função do ajuste da complementação dos recursos repassados a Estados e Municípios, realizado em abril de 2015, que em 2014 ocorreu em maio;

ii) aumento de R$ 1,3 bilhão (32,6%) nas transferências associadas ao salário educação; e

iii) redução de R$ 1,8 bilhão relativos à Lei Complementar nº 115/2002, sendo R$ 1,9 bilhão a título de auxílio financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios (MP nº 629/2013), ocorrido em fevereiro de 2014, sem evento

Em relação ao acumulado de 2014, as transferências a Estados e Municípios apresentaram crescimento de R$ 3,4 bilhão (4,7%), influenciadas, principalmente, pelo aumento nas transferências associadas ao Fundeb e ao salário educação.

correspondente em igual período de 2015. Cumpre destacar que a execução dessa rubrica é condicionada à aprovação da LOA 2015 ocorrida em 20/04/2015, por isso não houve execução de repasses no primeiro trimestre do ano corrente.

% PIB

Tabela 10 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2014/2015		
Discriminação	Jan -Abr	
	2014	2015
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	4,16%	4,12%
Transferências Constitucionais	3,09%	3,11%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [1]	0,14%	0,03%
Transferências da Cide - Combustíveis	0,01%	0,00%
Demais Transferências [2]	0,92%	0,98%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006) e da MP nº 629/2013.

2. Inclui valores referentes ao auxílio financeiro aos Municípios, nos termos da Lei nº 12.859/2013.

Despesas do
Tesouro Nacional

R$ Milhões

Tabela 11- Despesas Primárias do Governo Central [1] - Brasil - 2014/2015					
Discriminação do Resultado	2014	2015		Variação %	
	Abril	Março	Abril	Abr/15 Mar/15	Abr/15 Abr/14
I. DESPESA TOTAL	79.422,5	81.110,2	89.111,9	9,9%	12,2%
I.1. Despesas do Tesouro	49.245,5	47.285,1	55.211,5	16,8%	12,1%
Pessoal e Encargos Sociais [2]	16.674,9	17.274,9	17.904,4	3,6%	7,4%
Custeio e Capital	32.196,6	29.826,8	37.108,4	24,4%	15,3%
Despesa do FAT	2.992,5	3.580,4	3.868,9	8,1%	29,3%
Subsídios e Subvenções Econômicas [3]	1.422,9	573,0	3.818,2	566,4%	168,3%
Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV) [4]	3.143,78	3.547,8	3.565,3	0,5%	13,4%
Auxílio à CDE	0,0	0,0	0,0	-	-
Outras Despesas de Custeio e Capital	24.637,4	22.125,6	25.856,0	16,9%	4,9%
Outras Despesas de Custeio	17.726,0	18.228,4	21.630,8	18,7%	22,0%
Outras Despesas de Capital [5]	6.911,3	3.897,2	4.225,2	8,4%	-38,9%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	374,0	183,4	198,6	8,3%	-46,9%
I.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios) [6]	29.870,5	33.560,9	33.564,0	0,0%	12,4%
Benefícios Previdenciários - Urbano	23.159,6	25.996,9	26.017,9	0,1%	12,3%
Benefícios Previdenciários - Rural	6.710,9	7.563,9	7.546,1	-0,2%	12,4%
I.3. Despesas do Banco Central	306,6	264,2	336,4	27,3%	9,7%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos da complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.
2. Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.
3. Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.
4. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.
5. Inclui despesas do Programa Minha Casa Minha Vida, conforme Lei n° 12.693/2012.
6. Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Despesas do Tesouro Nacional
Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em abril, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R$ 55,2 bilhões, representando um aumento de R$ 7,9 bilhões (16,8%) em relação a março de 2015. Esse comportamento é explicado pelo acréscimo de R$ 7,3 bilhões (24,4%) nas despesas de Custeio e Capital e pela elevação de R$ 629,5 milhões (3,6%) nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais. As despesas da Previdência Social permaneceram constantes quando comparadas com o mês anterior.

A variação nas despesas de custeio e capital deve-se, sobretudo, aos seguintes fatores:

Em abril, a despesa do Governo Central apresentou elevação de R$ 7,9 bilhões (16,8%) em relação ao mês anterior, explicada principalmente pelo aumento nas despesas com subsídios e subvenções econômicas e nos gastos com compensação ao RGPS.

Gráfico 6. Despesas do Tesouro Nacional
Brasil - 2014/2015 - R$ Bilhões

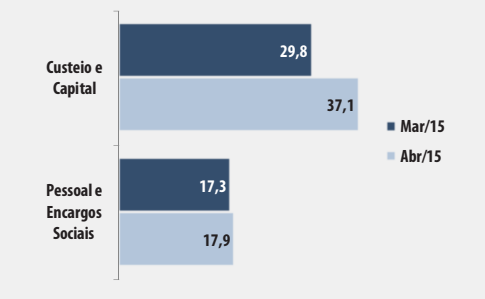
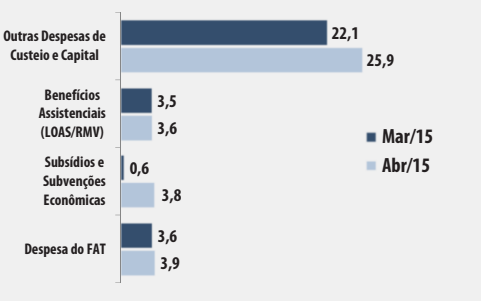


Gráfico 7. Despesas de Custeio e Capital
Brasil - 2014/2015 - R$ Bilhões



Em relação a março, as despesas de Pessoal e Encargos Sociais elevaram-se em R$ 629,5 milhões (3,6%).

(i) aumento de R$ 3,2 bilhões (556,0%) em Subsídios e Subvenções Econômicas sobretudo em função de elevação nas despesas relativas ao Programa de Sustentação do Investimento (PSI);

(ii) aumento de R$ 2,5 bilhões (142,7%) nas despesas de compensação ao RGPS devido ao impacto do 13º salário pago aos segurados, conforme desoneração da folha salarial prevista na Lei nº 12.715/2012;

(iii) incremento de R$ 1,6 bilhão (11,1%) nas despesas discricionárias; e

(iv) elevação de R$ 288,5 milhões (8,1%) nas despesas do FAT.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais totalizaram R$ 17,9 bilhões no mês, frente a R$ 17,3 bilhões no mês anterior, apresentando aumento de 3,6%.

R$ Milhões

Tabela 12 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Brasil - 2014/2015

Discriminação	2014	2015		Variação %	
	Abril	Março	Abril	Abr/15 / Mar/15	Abr/15 / Abr/14
Precatórios e Sentenças	55,2	82,4	67,8	-17,7%	22,8%
Legislativo	132,8	163,9	131,5	-19,8%	-1,0%
Judiciário	639,2	899,3	771,7	-14,2%	20,7%
Crédito Extraordinário [1]	575,6	411,5	328,0	-20,3%	-43,0%
PAC	4.455,2	2.961,4	2.869,2	-3,1%	-35,6%
d/q MCMV	485,8	1.096,9	1.079,6	-1,6%	122,2%
Fundo Constitucional DF	81,1	655,0	608,3	-7,1%	649,9%
Outras [2]	97,2	614,1	641,1	4,4%	559,4%
Compensação RGPS [3]	2.221,8	1.725,3	4.187,6	142,7%	88,5%
Coplementação do FGTS	-	427,4	491,4	15,0%	-
Discricionárias	16.379,2	14.185,2	15.759,6	11,1%	-3,8%
Min. da Saúde	6.846,2	6.494,8	7.413,7	14,1%	8,3%
Min. do Des. Social	2.194,3	2.395,3	2.387,0	-0,3%	8,8%
Min. da Educação	2.425,3	2.455,7	2.757,9	12,3%	13,7%
Demais	4.913,3	2.839,4	3.201,0	12,7%	-34,9%
Total	**24.637,4**	**22.125,6**	**25.856,0**	**16,9%**	**4,9%**

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.
2. Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.
3. Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração

Despesas do Tesouro Nacional

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Em relação a abril de 2014, houve um aumento de R$ 5,9 bilhões (12,1%) nas despesas do Tesouro Nacional. Esta variação é explicada pelo aumento de R$ 4,9 bilhões (15,3%) nas despesas de Custeio e Capital e elevação de R$ 1,2 bilhão (7,4%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais parcialmente compensada peala redução de R$ 175,4 milhões (46,9%) nas transferências ao Banco Central.

Em comparação a abril de 2014, as despesas de Custeio e Capital aumentaram R$ 7,3 bilhões (24,4%).

A variação nas despesas de custeio e capital, em relação ao mesmo mês do ano anterior, deve-se, sobretudo, aos seguintes fatores:

i) aumento de R$ 2,4 bilhões (168,3%) com Subsídios e Subvenções Econômicas, em especial de R$ 2,1 bilhões no Programa de Sustentação do Investimento (PSI);

ii) elevação de R$ 1,2 bilhão (4,9%) em outras despesas de custeio e capital sobretudo devido ao incremento de R$ 2,0 bilhões devido ao impacto do 13º salário pago aos segurados, conforme desoneração da folha salarial prevista na Lei nº 12.715/2012 e ampliação dos setores beneficiados pela desoneração da folha salarial (Leis nº 12.844/2013 e nº 12.860/2013); e

iii) acréscimo de R$ 876,4 milhões (29,3%) em Despesas do FAT.

Despesas do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

As despesas do Tesouro Nacional apresentaram aumento de R$ 10,4 bilhões (5,3%) em relação ao acumulado até abril de 2014, destacando-se o aumento de R$ 6,6 bilhões (5,1%) nas despesas de Custeio e Capital e de R$ 4,1 bilhões (6,0%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais.

Em comparação ao acumulado de 2014, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais aumentaram R$ 4,1 bilhões (6,0%).

O aumento observado nos gastos com Custeio e Capital, quando comparado ao primeiro quadrimestre de 2014, pode ser explicado por:

R$ Milhões

Tabela 13 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2014/2015

Discriminação do Resultado	Jan-Abr 2014	Jan-Abr 2015	Variação %
I. DESPESA TOTAL	314.632,5	340.221,5	8,1%
I.1. Despesas do Tesouro	197.160,1	207.554,8	5,3%
Pessoal e Encargos Sociais	68.661,1	72.800,6	6,0%
Custeio e Capital	127.517,8	134.093,3	5,2%
Despesa do FAT	13.276,2	14.732,2	11,0%
Subsídios e Subvenções Econômicas	3.393,8	6.479,9	90,9%
Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	12.092,02	14.052,7	16,2%
Auxílio à CDE	2.772,8	1.250,0	-54,9%
Outras Despesas de Custeio e Capital	95.983,0	97.578,5	1,7%
Outras Despesas de Custeio	68.628,8	78.260,1	14,0%
Outras Despesas de Capital	27.354,1	19.318,4	-29,4%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	981,2	660,8	-32,7%
I.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	116.453,1	131.557,7	13,0%
Benefícios Previdenciários - Urbano	90.533,0	101.824,9	12,5%
Benefícios Previdenciários - Rural	25.920,1	29.732,7	14,7%
I.3. Despesas do Banco Central	1.019,3	1.109,1	8,8%
I.4. Despesas Primárias/PIB	17,7%	18,1%	2,5%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

i) elevação de R$ 3,1 bilhões (90,9%) em Subsídios e Subvenções econômicas, em especial devidos aos acréscimos nas despesas relativas aos: (a) Programa de Sustentação do Investimento – PSI (R$ 2,1 bilhões); (b) Operações de Microcrédito Produtivo Orientado – EQMPO (R$ 379,5 milhões); e (c) Subvenção Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu (R$ 349,9 milhões).

ii) aumento de R$ 2,0 bilhões (16,2%) em Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV);

iii) incremento de Outras Despesas de Custeio e Capital de R$ 1,6 bilhão (1,7%) condicionado, sobretudo, pelos seguintes fatores: (a) elevação de R$ 4,1 bilhões (78,3%) em Compensação ao RGPS, devido ao aumento dos setores beneficiados pela desoneração da folha salarial (Leis nº 12.844/2013 e nº 12.860/2013); (b) redução de R$ 6,6 bilhões (33,2%) nas despesas do PAC; e (c) queda de R$ 1,1 bilhão (51,1%) nos desembolsos relativos a Créditos Extraordinários.

iv) acréscimo de R$ 1,5 bilhão (11,0%) em despesa do FAT; e

v) diminuição de R$ 1,5 bilhão (54,9%) em gastos com auxílio à CDE.

R$ Milhões

Tabela 14 - Subsídios e Subvenções Econômicas Operações Oficiais de Crédito - Brasil - 2014/2015

Discriminação	Jan-Abr 2014	Jan-Abr 2015
Agricultura	1.628,4	1.440,5
Custeio Agropecuário	493,0	645,7
Investimento Rural	104,8	20,4
Preços Agrícolas	272,6	-29,1
EGF	7,6	17,7
AGF	174,9	-120,5
Sustent. de preços	90,0	73,6
Pronaf	472,3	558,2
Pesa	272,9	221,6
Álcool	0,0	24,7
Cacau	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	-26,5	-25,8
FUNCAFÉ	39,3	23,5
Revitaliza	0,0	1,2
Outros	179,3	3.160,3
PSI	53,9	2.115,8
Op. Microcredito (EQMPO)	12,8	392,3
Op. Microcredito (EQPCD)	0,8	2,9
FND	0,0	0,0
FSA	0,0	117,2
Exportação (Proex)	61,8	132,1
Itaipu[1]	50,1	400,0
Capitalização à EMGEA	0,0	0,0
Total	**1.807,7**	**4.600,8**

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Refere-se à subvenção parcial à remuneração por cessão de energia elétrica de Itaipu, conforme Decreto Legislativo nº 129/2011.

Gráfico 8. Despesas do Tesouro Nacional Brasil - 2014/2015 - R$ Bilhões

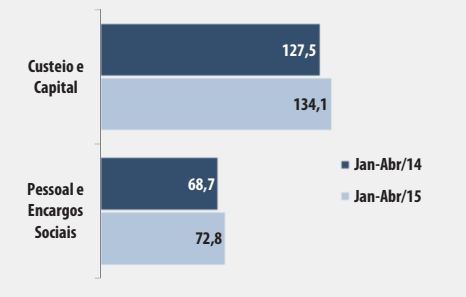
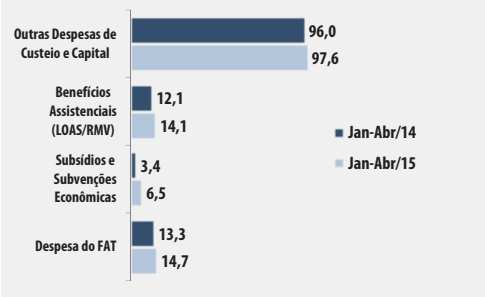
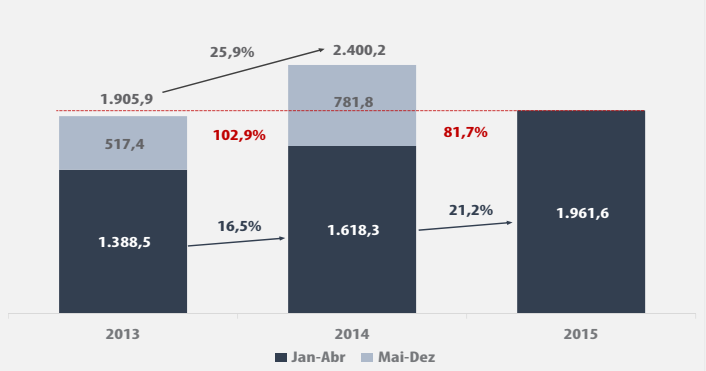


Gráfico 9. Despesas de Custeio e Capital Brasil - 2014/2015 - R$ Bilhões



Cumpre destacar, no âmbito das despesas do FAT, a evolução dos benefícios de seguro desemprego ao pescador artesanal (seguro defeso), instituído pela Lei nº 8.287/1991, alterada pela Lei nº 10.779/2003. O referido benefício visa assegurar a manutenção de renda ao pescador. Este recebe o benefício durante o defeso, que significa a paralisação das atividades de pesca, visando proteger as espécies durante seu período de reprodução. A duração média do benefício é de 3,5 meses. Em 2015, houve crescimento de 21,2% nos montantes pagos, evoluindo de R$ 1,6 bilhão no primeiro quadrimestre de 2014 para R$ 2,0 bilhões no mesmo período de 2015. O montante pago até abril de 2015 representa 81,7% de todo o gasto no ano de 2014 e supera o gasto no ano de 2013.

Gráfico 10. Evolução dos Benéficios de Seguro Desemprego ao Pescador Artesanal Brasil - 2013/2015 - R$ Milhões



R$ Milhões

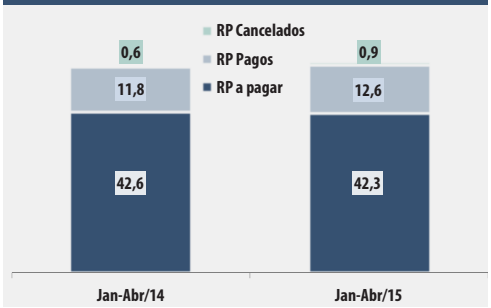
Tabela 15 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Brasil - 2014/2015

Discriminação	Jan-Abr 2014	Jan-Abr 2015	Variação %
Precatórios e Sentenças	166,7	491,0	194,6%
Legislativo	546,2	545,0	-0,2%
Judiciário	2.438,9	2.914,8	19,5%
Crédito Extraordinário [1]	2.083,2	1.019,4	-51,1%
PAC	19.910,3	13.299,1	-33,2%
d/q MCMV	5.525,1	3.850,8	-30,3%
Fundo Constitucional DF	351,9	2.602,1	639,4%
Outras [2]	441,1	1.590,4	260,6%
Compensação RGPS [3]	5.177,2	9.232,5	78,3%
Complementação do FGTS	-	1.849,9	-
Discricionárias	64.867,5	64.034,3	-1,3%
Min. da Saúde	28.718,1	29.112,3	1,4%
Min. do Des. Social	9.759,9	9.872,1	1,1%
Min. da Educação	10.737,4	11.142,7	3,8%
Demais	15.652,1	13.907,3	-11,1%
Total	**95.983,0**	**97.578,5**	**1,7%**

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.
2. Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.
3. Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei

O montante de restos a pagar (RP) pagos até abril de 2015 relativos a despesas discricionárias com custeio, investimento e inversões, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e crédito extraordinário, segundo a ótica do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, correspondeu a R$ 12,6 bilhões contra R$ 11,8 bilhões no mesmo período do ano anterior. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Educação(R$ 3,1 bilhões) e da Saúde (R$ 2,9 bilhões).

Gráfico 11. Execução de Restos a Pagar Brasil - 2014/2015 - R$ Bilhões



R$ Milhões

Tabela 16- Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Média Mensal Brasil - 2008/2015

	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idosos	Variação em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Variação em relação à média do ano anterior
média 2008	2.810.538,0	9,1%	1.360.235,3	9,7%	1.450.302,8	8,6%
média 2009	3.052.295,3	8,6%	1.487.566,1	9,4%	1.564.729,2	7,9%
média 2010	3.290.375,3	7,8%	1.583.853,0	6,5%	1.706.522,3	9,1%
média 2011	3.506.563,7	6,6%	1.658.459,3	4,7%	1.848.104,3	8,3%
média 2012	3.683.282,7	5,0%	1.717.885,8	3,6%	1.965.396,9	6,3%
média 2013	3.869.032,5	5,0%	1.787.220,4	4,0%	2.081.812,1	5,9%
média 2014	4.053.605,1	4,8%	1.852.351,9	3,6%	2.201.253,2	5,7%
média Jan-Abr/08	2.724.998,8	8,7%	1.316.853,0	9,6%	1.408.145,8	7,8%
média Jan-Abr/09	2.981.123,3	9,4%	1.447.978,3	10,0%	1.533.145,0	8,9%
média Jan-Abr/10	3.209.653,3	7,7%	1.555.132,0	7,4%	1.654.521,3	7,9%
média Jan-Abr/11	3.439.119,3	7,1%	1.636.079,5	5,2%	1.803.039,8	9,0%
média Jan-Abr/12	3.623.676,5	5,4%	1.697.281,0	3,7%	1.926.395,5	6,8%
média Jan-Abr/13	3.801.425,3	4,9%	1.760.719,5	3,7%	2.040.705,8	5,9%
média Jan-Abr/14	3.997.951,5	5,2%	1.834.426,0	4,2%	2.163.525,5	6,0%
média Jan-Abr/15	4.158.839,8	4,0%	1.887.280,8	2,9%	2.271.559,0	5,0%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

% PIB

Tabela 17 - Despesas do Tesouro Nacional - Brasil - 2014/2015

Discriminação	Jan-Abr 2014	Jan-Abr 2015
DESPESAS DO TESOURO NACIONAL	11,08%	11,06%
Pessoal e Encargos Social	3,86%	3,88%
Custeio e Capital	7,17%	7,15%
Despesas do FAT	0,75%	0,79%
Subsídios e Subvenções [1]	0,19%	0,35%
LOAS/RMV [2]	0,68%	0,75%
Outras	5,40%	5,20%
Transferências ao Bacen	0,06%	0,04%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.
2. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

Boxe: Contingenciamento de Despesas Discricionárias em 2015

O ano de 2015 tem sido especialmente desafiador para a Economia Brasileira. A deterioração da percepção dos agentes de mercado quanto ao cenário econômico do ano está fazendo com que as expectativas sobre o crescimento econômico e sobre a inflação piorem continuamente. Além da redução da taxa de crescimento econômico, a consequência mais evidente da deterioração das expectativas é o aumento dos níveis de risco aos quais o Setor Público está submetido, fazendo com que o Governo e a sociedade brasileira paguem taxas de juros cada vez mais elevadas. Por sua vez, o aumento do risco-país fragiliza a posição do Brasil como "grau de investimento", reduzindo os fluxos de capitais para o país, com impactos adversos sobre as taxas de câmbio, de juros, de inflação, e sobre os investimentos estrangeiros diretos no país.

A consolidação e extensão das conquistas sociais brasileiras dos últimos 12 anos passa, necessariamente, pela manutenção da estabilidade macroeconômica, que só ocorrerá caso a dinâmica das despesas públicas seja compatível com a evolução intertemporal das receitas. Entre 2002 e 2014, a despesa primária total do Governo Central, como proporção do PIB, passou de 15,6% para 18,7%, uma variação de 3,1 p.p. do PIB. As despesas primárias do Tesouro Nacional contribuíram com 1,9 ponto percentual para esse crescimento, enquanto que a expansão dos benefícios previdenciários teve um impacto de 1,2 p.p. do PIB. No mesmo período, as receitas primárias líquidas do Tesouro Nacional passaram de 17,7% para 18,4% do PIB, cujo crescimento foi de apenas 0,7 ponto percentual. A redução da diferença na trajetória intertemporal de receitas e despesas evidencia a queda do resultado primário no período e é fator relevante para se compreender a conjuntura fiscal de 2015.

Nesse contexto, em cumprimento ao disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000, e no art. 52 da Lei nº 13.080, de 02.01.2015, o Poder Executivo Federal publicou o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 2º Bimestre de 2015 e o Decreto nº 8.456/2015, de 22/05/2015, dispondo sobre a programação orçamentária e financeira do Governo Federal para o exercício de 2015. Com relação aos parâmetros macroeconômicos de 2015 usados nas projeções, em consonância com as projeções de mercado, houve forte redução das expectativas de crescimento do PIB, que passaram de um valor 0,77 p.p. positivo na LOA 2015 para um valor de 1,20 p.p. negativo no relatório de avaliação do 2º bimestre e no decreto de programação financeira. Ao mesmo tempo, as projeções de inflação aumentaram substancialmente, com destaque para o IPCA acumulado, que passou de 6,49% na LOA 2015 para 8,26% no relatório de avaliação. As projeções para a taxa Selic média no ano e para a taxa de câmbio R$ /US$ também aumentaram no relatório de avaliação, passando para, respectivamente, 12,96% e 3,08, de 12,17% e 2,59 constantes na LOA 2015.

Tabela A: Programação Financeira 2015

Discriminação	R$ Bilhões			% do PIB		
	LOA 2015 (a)	Avaliação do 2º Bimestre (b)	Diferença (c = b - a)	LOA 2015 (d)	Avaliação do 2º Bimestre (e)	Diferença (f = e - d)
I. RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	**1.447,8**	**1.371,7**	**-76,1**	**26,2**	**23,5**	**-2,7**
Receita Administrada pela RFB/MF, exceto RGPS	864,6	848,3	-16,3	15,7	14,5	-1,1
Arrecadação Líquida para o RGPS	392,7	364,7	-28,0	7,1	6,3	-0,9
Receitas Não-Administradas pela RFB/MF	190,5	158,7	-31,8	3,4	2,7	-0,7
II. TRANSF. A ESTADOS E MUNICÍPIOS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	**224,4**	**213,4**	**-11,0**	**4,1**	**3,7**	**-0,4**
III. RECEITA LÍQUIDA (III = I - II)	**1.223,4**	**1.158,3**	**-65,1**	**22,2**	**19,9**	**-2,3**
IV. DESPESA PRIMÁRIA TOTAL	**1.168,1**	**1.103,0**	**-65,1**	**21,2**	**18,9**	**-2,2**
Despesas Obrigatórias	841,8	847,5	5,8	15,2	14,5	-0,7
Benefícios previdenciários	436,3	437,5	1,2	7,9	7,5	-0,4
Pessoal e Encargos Sociais	235,8	235,6	-0,2	4,3	4,0	-0,2
Abono e Seguro Desemprego	47,0	42,0	-5,0	0,9	0,7	-0,1
Auxílio à CDE	4,2	1,3	-2,9	0,1	0,0	-0,1
Complemento do FGTS	3,9	5,2	1,4	0,1	0,1	0,0
Créditos Extraordinários	0,0	1,3	1,3	0,0	0,0	0,0
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	18,2	22,7	4,5	0,3	0,4	0,1
Subsídios, Subvenções e Proagro	19,0	20,6	1,6	0,3	0,4	0,0
Outras Despesas Obrigatórias	77,3	81,4	4,0	1,4	1,4	0,0
Despesas Discricionárias	**326,4**	**255,5**	**-70,9**	**5,9**	**4,4**	**-1,5**
Poder Executivo	**312,3**	**242,4**	**-69,9**	**5,7**	**4,2**	**-1,5**
Demais Poderes	**14,0**	**13,1**	**0,9**	**0,3**	**0,2**	**0,0**
V. RESULTADO PRIMÁRIO (V = III - IV)	**55,3**	**55,3**	**0,0**	**1,0**	**0,9**	**-0,1**
Tesouro e Banco Central	98,9	128,1	29,2	1,8	2,2	0,4
Previdência Social	-43,6	-72,8	-29,2	-0,8	-1,2	-0,5
Memo: PIB Nominal	5.522,8	5.833,6				

Fonte: Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 2º Bimestre de 2015 (SOF/MP)

Elaboração: STN/MF

Boxe: Contingenciamento de Despesas Discricionárias em 2015

Com a revisão do cenário macroeconômico, a projeção de receita líquida para o ano de 2015 do relatório de avaliação diminuiu R$ 65,1 bilhões com relação ao valor constante na LOA 2015, sendo R$ 76,1 bilhões a diminuição da projeção de receita primária total e R$ 11,0 bilhões a redução da projeção nas transferências a entes subnacionais, conforme demonstrado na tabela A. Da redução da receita primária, R$ 31,8 bilhões está relacionada à parcela não-administrada pela Receita Federal do Brasil (RFB), enquanto R$ 16,3 bilhões relaciona-se à parcela administrada pela RFB e R$ 28,0 bilhões, à arrecadação líquida para o RGPS.

Para garantir o cumprimento da meta de R$ 55,3 bilhões de superávit primário em 2015, a projeção da despesa primária total foi diminuída em R$ 65,1 bilhões. A projeção de despesas obrigatórias foi aumentada em R$ 5,8 bilhões, fazendo com que as despesas discricionárias fossem contingenciadas no montante de R$ 70,9 bilhões, sendo R$ 69,9 bilhões referentes às despesas do Poder Executivo e R$ 935,4 milhões referente às despesas dos demais poderes.

Com relação à projeção do déficit da Previdência Social, esta foi aumentada em R$ 29,2 bilhões, sendo R$ 28,0 bilhões decorrentes da redução da projeção de arrecadação líquida e R$ 1,2 bilhão derivado do aumento da projeção de gastos com benefícios previdenciários. Desta forma, projeta-se um déficit de R$ 72,8 bilhões para a Previdência Social em 2015.

O contingenciamento de R$ 70,9 bilhões promovido nas despesas discricionárias de todos os Poderes do Governo Central representa 1,22% do PIB projetado para 2015. Os anos de 2003 e 2011 também apresentaram volume significativo de contingenciamento, correspondendo a aproximadamente 0,8% do PIB. Já em proporção da despesa discricionária autorizada na LOA, o corte de despesas promovido em 2015 foi de 21,7%.

Tabela B: Contingenciamento de Despesas Discricionárias do Governo Central

Histórico do 1º Contingenciamento realizado por Decreto de Programação Financeira publicado após sanção da LOA (R$ bilhões).					
ANO	Discricionárias		Contingenciamento		
	LOA (A)	Limite[1] (B)	(A) - (B)	% PIB	% da LOA
2003	65,0	50,9	14,1	0,82%	21,7%
2004	70,5	64,5	6,0	0,30%	8,5%
2005	92,0	76,1	15,9	0,73%	17,2%
2006	97,4	83,1	14,2	0,59%	14,6%
2007	111,6	95,2	16,4	0,60%	14,7%
2008	135,7	116,3	19,4	0,62%	14,3%
2009[1]	157,4	135,8	21,6	0,65%	13,7%
2010[1]	195,2	173,4	21,8	0,56%	11,2%
2011	219,9	183,7	36,2	0,83%	16,5%
2012	255,6	220,6	35,0	0,74%	13,7%
2013[1]	282,6	260,1	22,5	0,44%	8,0%
2014	294,8	264,3	30,5	0,55%	10,3%
2015[2]	326,4	255,5	70,9	1,22%	21,7%

Fonte: Decretos de Programação Financeira, Relatório Quadrimestral e Relatório Bimestral.
[1]Dados de limite obtidos pelo Decreto que estabeleceu o primeiro contingenciamento do ano.
[2]PIB - De acordo com os parâmetros da Avaliação do 2º Bimestre.

A consolidação fiscal em curso em 2015 resgatará o equilíbrio na evolução das receitas e das despesas públicas, garantindo a sustentabilidade fiscal da União, e compatibilizando as importantes demandas sociais com uma gestão fiscal responsável, que contribuirá para recuperar a percepção dos agentes econômicos quanto à solvência intertemporal da Política Fiscal. Ou seja, o esforço fiscal garantirá o cumprimento da meta de superávit primário de R$ 55,3 bilhões para União em 2015 e, ao mesmo tempo, pavimentará o caminho para um superávit primário anual de 2,0% do PIB para os anos de 2016 a 2018. Todo esse esforço contribuirá para consolidar as conquistas sociais brasileiras e abrirá espaço para avanços nos próximos anos.

Previdência
Social

R$ Milhões

Tabela 18 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2014/2015					
Discriminação do Resultado	2014	2015		Variação %	
	Abril	Março	Abril	Abr/15 Mar/15	Abr/15 Abr/14
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	26.799,3	27.037,9	30.452,1	12,6%	13,6%
Arrecadação Bruta	29.865,2	30.186,3	33.474,7	10,9%	12,1%
Contribuição Previdenciária	24.916,0	25.541,3	26.214,9	2,6%	5,2%
Simples[1]	2.526,7	2.752,0	2.857,5	3,8%	13,1%
CFT	0,0	0,0	0,0	-	-
Depósitos Judiciais	183,2	159,0	204,4	28,5%	11,5%
Refis	17,5	8,7	10,3	19,0%	-40,9%
Compensação RGPS [2]	2.221,8	1.725,3	4.187,6	142,7%	88,5%
(-) Restituição/Devolução	-239,4	-182,9	-54,8	-70,0%	-77,1%
(-) Transferências a Terceiros	-2.826,5	-2.965,5	-2.967,7	0,1%	5,0%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	29.870,5	33.560,9	33.564,0	0,0%	12,4%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-3.071,2	-6.522,9	-3.111,9	-52,3%	1,3%
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB				-1,13%	-1,31%

Fonte: Ministério da Previdência Social
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Inclui arrecadação previdenciária vinculada à Lei nº 11.941/2009.
2. Receita correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Previdência Social
Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em abril de 2015, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R$ 3,1 bilhões, contra um déficit de R$ 6,5 bilhões em março. Os principais fatores que contribuíram para este resultado foram:

i) acréscimo de R$ 3,4 bilhões (12,6%) na arrecadação líquida de abril, resultado combinado do acréscimo de R$ 3,3 bilhões (10,9%) na arrecadação bruta e do aumento de R$ 128,1 milhões nas restituições/devoluções; e

ii) estabilidade dos benefícios previdenciários, que aumentaram 0,01%.

Em abril de 2015, a Previdência Social registrou déficit de R$ 3,1 bilhões contra déficit de R$ 6,5 bilhões no mês anterior.

Previdência Social
Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Na comparação com valores de abril de 2014, o resultado primário da Previdência Social permaneceu no mesmo patamar de déficit de R$ 3,1 bilhões, resultado conjugado dos seguintes fatores:

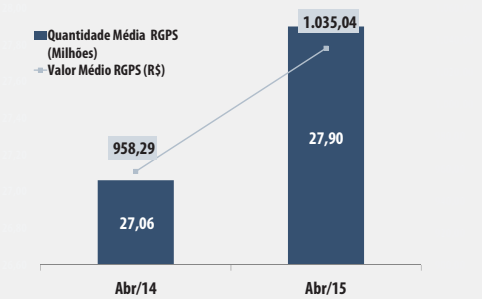
i) aumento de R$ 3,6 bilhões (13,6%) na arrecadação líquida, resultado,

O resultado primário da Previdência manteve-se estável, no patamar de déficit de R$ 3,1 bilhões quando comparado a abril de 2014.

principalmente, do aumento de R$ 1,3 bilhão (5,2%) na Contribuição Previdenciária e de R$ 2,0 bilhões (88,5%) na Compensação ao RGPS; e

ii) elevação de R$ 3,7 bilhões (12,4%) no montante de benefícios previdenciários, devido ao incremento de 8,0% no valor médio dos benefícios e de 3,1% na quantidade mensal de benefícios pagos.

Gráfico 12. Benefícios Emitidos da Previdência Brasil - 2014/2015



Previdência Social

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Comparativamente ao acumulado de 2014, o déficit aumentou de 2,34% para 2,75% do PIB. Em termos nominais, o déficit teve um aumento de R$ 10,0 bilhões (24,1%).

A arrecadação líquida apresentou aumento de R$ 8,7 bilhões (8,6%), explicado principalmente pelo acréscimo de R$ 4,0 bilhões (78,3%) no montante de compensações ao RGPS, em função da inclusão de novos setores na desoneração da folha salarial (Leis nº 12.844/2013 e nº 12.860/2013) e do crescimento de R$ 4,3 bilhões (4,3%) nas contribuições previdenciárias, reflexo do crescimento de 6,8% da massa salarial, calculada para o período entre dezembro de 2014 e março de 2015, comparativamente ao mesmo período do ano anterior.

R$ Milhões

Tabela 19 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2014/2015

Discriminação do Resultado	Jan-Abr 2014	Jan-Abr 2015	Variação %
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	101.676,8	110.395,9	8,6%
Arrecadação Bruta	115.389,6	124.849,9	8,2%
Contribuição Previdenciária	98.837,4	103.091,8	4,3%
Simples[1]	10.687,5	11.798,7	10,4%
CFT	0,0	0,0	-
Depósitos Judiciais	647,9	693,1	7,0%
Refis	39,6	33,8	-14,7%
Compensação RGPS [2]	5.177,19	9.232,5	78,3%
(-) Restituição/Devolução	-435,6	-354,8	-18,6%
(-) Transferências a Terceiros	-13.277,2	-14.099,3	6,2%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	116.453,1	131.557,7	13,0%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-14.776,3	-21.161,8	43,2%
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-0,83%	-1,13%	

Fonte: Ministério da Previdência Social
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Inclui arrecadação previdenciária vinculada à Lei nº 11.941/2009.
2. Receita correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Ressalte-se que o resultado da receita previdenciária no período foi influenciado pelas desonerações tributárias sobre a folha de pagamentos, em especial pelas desonerações instituídas por meio da Lei nº 12.546/2011 e suas alterações. Nesse sentido, é realizada compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social nos termos da Portaria Conjunta RFB/MF/INSS/MPS n° 2, de 28 de abril de 2013.

As despesas com benefícios apresentaram aumento de R$ 15,1 bilhões (13,0%), comparativamente ao mesmo período de 2014, devido, principalmente, aos seguintes fatores:

i) aumento de R$ 76,75 (8,0%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e

ii) elevação de 838,3 mil no número de benefícios emitidos em 2015 (3,1%), resultado, sobretudo, do aumento de 607,3 mil benefícios referentes a aposentadorias, de 157,8 mil referentes a pensões por morte e de 59,9 mil benefícios referentes a auxílio-doença.

Tabela 20 - Resultado da Previdência Social - Brasil - 2014/2015

Discriminação	R$ Milhões		Variação %	% PIB	
	Jan-Abr			Jan-Abr	
	2014	2015		2014	2015
CONTRIBUIÇÃO	101.676,8	110.395,9	8,6%	5,72%	5,88%
Urbano	99.594,3	108.284,0	8,7%	5,60%	5,77%
Rural	2.082,5	2.111,8	1,4%	0,12%	0,11%
BENEFÍCIOS	116.453,1	131.557,7	13,0%	6,55%	7,01%
Urbano	90.533,0	101.824,9	12,5%	5,09%	5,43%
Rural	25.920,1	29.732,7	14,7%	1,46%	1,58%
RESULTADO PRIMÁRIO	-14.776,3	-21.161,8	43,2%	-0,83%	-1,13%
Urbano	9.061,3	6.459,1	-28,72%	0,51%	0,34%
Rural	-23.837,5	-27.620,9	15,9%	-1,34%	-1,47%

Fonte: Ministério da Previdência Social
Obs.1: Dados sujeitos a alteração.
Obs.2: A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Em mil benefícios

Tabela 21 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social - Brasil - 2014/2015						
Discriminação	Mar/15	Abr/15	Variação %	Média Jan-Abr		Variação %
				2014	2015	
BENEFÍCIOS DO RGPS	27.884	28.040	0,6%	27.061	27.900	3,1%
Previdênciários	27.034	27.187	0,6%	26.211	27.046	3,2%
Aposentadorias	18.055	18.134	0,4%	17.446	18.047	3,4%
Idade	9.574	9.617	0,5%	9.221	9.569	3,8%
Invalidez	3.185	3.193	0,3%	3.131	3.185	1,7%
Tempo de contribuição	5.296	5.324	0,5%	5.094	5.293	3,9%
Pensão por morte	7.345	7.365	0,3%	7.183	7.343	2,2%
Auxílio-Doença	1.454	1.490	2,5%	1.408	1.474	4,7%
Salário - maternidade	78	95	20,9%	83	82	-1,1%
Outros	101	104	3,0%	92	101	10,4%
Acidentários	851	853	0,2%	850	854	0,4%
Aposentadorias	197	198	0,3%	190	197	3,6%
Pensão por morte	118	118	-0,1%	120	118	-1,7%
Auxílio - doença	164	165	0,6%	172	167	-3,4%
Auxílio - acidente	314	315	0,2%	306	314	2,7%
Auxílio - suplementar	58	57	-0,5%	61	58	-5,6%

Fonte: Ministério da Previdência Social
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Dívida Líquida do Tesouro Nacional

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional - DLTN alcançou o montante de R$ 1,2 trilhão em abril de 2015. Comparativamente ao mês anterior houve aumento de R$ 3,5 bilhões, consequência do crescimento de R$ 10,6 bilhões na dívida interna líquida e da redução de R$ 7,1 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

Em abril de 2015, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional atingiu 21,2% do PIB, 0,1 p.p. inferior ao montante registrado em março.

R$ Milhões

Tabela 22 - Divida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2014/2015

Discriminação	Mar/15	Abr/15	Variação %	Abr/14	Abr/15	Variação %
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	1.065.213,0	1.075.785,2	1,0%	849.913,8	1.075.785,2	26,6%
Dívida Interna	3.418.145,8	3.428.330,3	0,3%	2.921.230,6	3.428.330,3	17,4%
Haveres Internos	2.352.932,8	2.352.545,1	0,0%	2.071.316,8	2.352.545,1	13,6%
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	124.123,6	117.071,9	-5,7%	92.478,2	117.071,9	26,6%
Dívida Externa	124.716,1	117.676,3	-5,6%	92.902,1	117.676,3	26,7%
Haveres Externos	592,5	604,4	2,0%	423,9	604,4	42,6%
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	1.189.336,6	1.192.857,1	0,3%	942.392,0	1.192.857,1	26,6%
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB [1]	21,3%	21,2%		17,8%	21,2%	

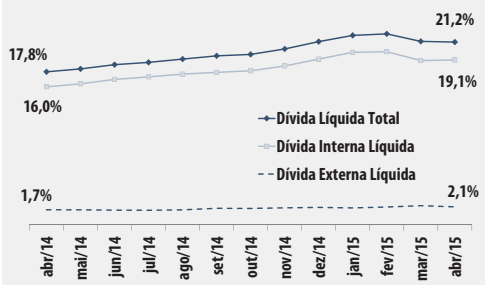
Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em relação a abril de 2014, a DLTN aumentou R$ 250,5 bilhões, em decorrência do aumento de R$ 225,9 bilhões no estoque da dívida interna líquida e da elevação de R$ 24,6 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

Em percentual do PIB, a DLTN aumentou 3,5 p.p. no mesmo período, passando de 17,8% em abril de 2014 para 21,2% em abril de 2015.

Em janeiro de 2015, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional atingiu 23,7% do PIB, 1,0 p.p. superior ao montante registrado em dezembro de 2014.

Gráfico 13. Dívida Líquida do Tesouro Nacional 2014/2015 - % PIB



Dívida Interna
Líquida

Em relação ao PIB, a Dívida Interna Líquida apresentou acréscimo de 3,1 p.p. comparativamente a abril do ano anterior.

R$ Milhões

Tabela 23 - Divida Interna Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2014 / 2015						
Discriminação	Mar/15	Abr/15	Variação %	Abr/14	Abr/15	Variação %
I. DÍVIDA INTERNA	3.418.145,8	3.428.330,3	0,3%	2.921.230,6	3.428.330,3	17,4%
Dívida Mobiliária	3.409.489,6	3.419.680,3	0,3%	2.917.631,6	3.419.680,3	17,2%
DPMFi em Poder do Público [1]	2.316.486,5	2.333.796,4	0,7%	1.959.660,7	2.333.796,4	19,1%
DPMFi em Poder do Banco Central	1.124.909,1	1.117.913,6	-0,6%	986.393,6	1.117.913,6	13,3%
(-) Aplicações em Títulos Públicos [2]	-31.906,0	-32.029,8	0,4%	-28.422,7	-32.029,8	12,7%
Demais Obrigações Internas	8.656,2	8.650,0	-0,1%	3.599,0	8.650,0	140,3%
II. HAVERES INTERNOS	2.352.932,8	2.352.545,1	0,0%	2.071.316,8	2.352.545,1	13,6%
Disponibilidades Internas	718.136,2	704.795,6	-1,9%	573.745,3	704.795,6	22,8%
Haveres junto aos Governos Regionais	542.741,1	548.707,5	1,1%	537.162,2	548.707,5	2,1%
Haveres da Administração Indireta	389.702,7	395.093,0	1,4%	359.189,0	395.093,0	10,0%
Haveres Administrados pela STN	702.352,8	703.949,0	0,2%	601.220,3	703.949,0	17,1%
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	1.065.213,0	1.075.785,2	1,0%	849.913,8	1.075.785,2	26,6%
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/ PIB [3]	19,1%	19,1%		16,0%	19,1%	

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Inclui TDA e dívida securitizada.
2. Refere-se a aplicações do FAT e fundos públicos em títulos públicos federais.
3. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

No mês de abril, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R$ 1,1 trilhão, apresentando um acréscimo de R$ 10,6 bilhões em relação ao mês anterior, consequência do crescimento de R$ 10,2 bilhões no estoque da dívida interna bruta e da redução de R$ 387,8 milhões no saldo de haveres internos. Como percentual do PIB, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional representou o equivalente a 19,1% em abril de 2015.

A Dívida Mobiliária Interna (Dívida Pública Mobiliária Federal interna - DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos

R$ Milhões

Tabela 24 - Divida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional - Brasil - 2014/2015						
Discriminação	Mar/15	Abr/15	Variação %	Abr/14	Abr/15	Variação %
EM PODER DO PÚBLICO	2.316.486,5	2.333.796,4	0,7%	1.959.660,7	2.333.796,4	19,1%
LFT	457.288,8	482.885,3	5,6%	388.552,2	482.885,3	24,3%
LTN	726.854,4	678.711,7	-6,6%	571.155,9	678.711,7	18,8%
NTN-B	756.398,5	778.445,8	2,9%	684.847,3	778.445,8	13,7%
NTN-C	72.849,9	73.468,4	0,8%	70.671,4	73.468,4	4,0%
NTN-F	262.468,3	280.695,5	6,9%	208.654,2	280.695,5	34,5%
Demais [1]	40.626,6	39.589,6	-2,6%	35.779,7	39.589,6	10,6%
APLICAÇÕES EM TÍTULOS PÚBLICOS	-31.906,0	-32.029,8	0,4%	-28.422,7	-32.029,8	12,7%
EM PODER DO BANCO CENTRAL	1.124.909,1	1.117.913,6	-0,6%	986.393,6	1.117.913,6	13,3%
TOTAL	3.409.489,6	3.419.680,3	0,3%	2.917.631,6	3.419.680,3	17,2%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Inclui TDA e dívida securitizada.

federais, aumentou R$ 10,2 bilhões em relação ao mês anterior. Essa variação pode ser explicada pelo resgate líquido de R$ 29,7 bilhões e pela apropriação de juros no valor de R$ 40,0 bilhões.

R$ Milhões

Tabela 25 - Variação da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional [1] - Brasil - 2014/2015					
Discriminação	Saldo	Fatores de Variação [2]			Saldo
	Mar/15	Emissões	Resgates [3]	Juros [4]	Abr/15
EM PODER DO PÚBLICO	2.316.486,5	102.202,8	-111.974,5	27.081,6	2.333.796,4
LFT	457.288,8	21.202,1	-95,5	4.489,9	482.885,3
LTN	726.854,4	55.957,8	-109.760,5	5.660,1	678.711,7
NTN-B	756.398,5	8.858,7	-365,7	13.554,3	778.445,8
NTN-C	72.849,9	0,0	-773,6	1.392,0	73.468,4
NTN-F	262.468,3	15.671,7	-10,2	2.565,8	280.695,5
Demais [5]	40.626,6	512,6	-968,9	-580,6	39.589,6
EM PODER DO BANCO CENTRAL	1.124.909,1	0,0	-19.950,0	12.954,5	1.117.913,6
TOTAL	3.441.395,7	102.202,8	-131.924,5	40.036,1	3.451.710,1

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.
2. Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimo) ao saldo da obrigação.
3. Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.
4. Refere-se aos juros apropriados por competência.
5. Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

A evolução da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional no mês é explicada pela apropriação de juros no valor de R$ 40,0 bilhões e pelo resgate líquido de R$ 29,7 bilhões.

A carteira de títulos em poder do público cresceu R$ 17,3 bilhões em relação ao mês anterior. Houve resgate líquido de R$ 9,8 bilhões e apropriação de juros no valor de R$ 27,1 bilhões. O estoque da carteira de títulos do Banco Central decresceu R$ 7,0 bilhões, devido ao resgate líquido de R$ 20,0 bilhões, e à apropriação de juros de R$ 13,0 bilhões no mês de abril de 2015.

Os haveres internos do Tesouro Nacional apresentaram decréscimo de R$ 387,8 milhões em relação ao mês anterior, refletindo principalmente a redução de R$ 13,3 bilhões nas disponibilidades internas, em especial do saldo da conta única. Comparativamente ao saldo de abril do exercício de 2014, houve aumento de R$ 281,2 bilhões no total de haveres internos do Tesouro Nacional, fruto, sobretudo, do acréscimo de R$ 131,1 bilhões nas disponibilidades internas. Outros fatores que explicam o aumento dos haveres internos do Tesouro Nacional, em relação a abril de 2014, foram os acréscimos de R$ 102,7 bilhões nos haveres administrados pela STN e de R$ 35,9 bilhões nos haveres da administração indireta.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional aumentou R$ 225,9 bilhões, passando de R$ 849,9 bilhões, em abril de 2014, para R$ 1,1 trilhão em abril de 2015. Esse comportamento é consequência do crescimento de R$ 507,1 bilhões no estoque da dívida interna bruta, que superou o aumento de R$ 281,2 bilhões verificado no saldo dos haveres internos. Em relação ao PIB, houve crescimento, passando de 16,0% para 19,1%.

R$ Milhões

Tabela 26- Haveres Internos do Tesouro Nacional - Brasil - 2014/2015						
Discriminação	Mar/15	Abr/15	Variação %	Abr/14	Abr/15	Variação %
DISPONIBILIDADES INTERNAS	718.136,2	704.795,6	-1,9%	573.745,3	704.795,6	22,8%
HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	542.741,1	548.707,5	1,1%	537.162,2	548.707,5	2,1%
Lei 9.496/97	427.288,2	432.242,4	1,2%	423.321,3	432.242,4	2,1%
MP 2.185/01	76.653,1	78.095,5	1,9%	73.571,9	78.095,5	6,1%
Lei 8.727/93	12.603,9	12.545,5	-0,5%	14.013,2	12.545,5	-10,5%
Antecipação de Royalties	4.247,5	4.279,4	0,7%	5.335,8	4.279,4	-19,8%
Bônus Renegociados	6.349,3	5.852,4	-7,8%	4.792,6	5.852,4	22,1%
Demais Haveres	15.599,1	15.692,3	0,6%	16.127,5	15.692,3	-2,7%
HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	389.702,7	395.093,0	1,4%	359.189,0	395.093,0	10,0%
FAT	199.557,7	203.478,7	2,0%	198.448,8	203.478,7	2,5%
Fundos Regionais	95.707,3	96.542,9	0,9%	86.482,4	96.542,9	11,6%
Demais	94.437,7	95.071,4	0,7%	74.257,8	95.071,4	28,0%
HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	702.352,8	703.949,0	0,2%	601.220,3	703.949,0	17,1%
TOTAL	2.352.932,8	2.352.545,1	0,0%	2.071.316,8	2.352.545,1	13,6%

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Dívida Externa
Líquida

R$ Milhões

Tabela 27 - Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2014/2015						
Discriminação	Mar/15	Abr/15	Variação %	Abr/14	Abr/15	Variação %
I. DÍVIDA EXTERNA	124.716,1	117.676,3	-5,6%	92.902,1	117.676,3	26,7%
Dívida Mobiliária	113.239,8	106.917,6	-5,6%	83.245,6	106.917,6	28,4%
Euro	4.687,6	4.468,2	-4,7%	5.716,4	4.468,2	-21,8%
Global US$	95.039,4	88.820,8	-6,5%	63.897,7	88.820,8	39,0%
Global BRL	13.512,8	13.628,6	0,9%	13.631,5	13.628,6	0,0%
Demais	-	-	-	-	-	-
Dívida Contratual	11.476,3	10.758,7	-6,3%	9.656,5	10.758,7	11,4%
Organismos Internacionais	4.282,8	4.020,3	-6,1%	2.919,8	4.020,3	37,7%
Bancos Privados e Agências Governamentais	7.193,5	6.738,4	-6,3%	6.736,7	6.738,4	0,0%
II. HAVERES EXTERNOS	592,5	604,4	2,0%	423,9	604,4	42,6%
Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	592,5	604,4	2,0%	423,9	604,4	42,6%
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	124.123,6	117.071,9	-5,7%	92.478,2	117.071,9	26,6%
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB [1]	2,2%	2,1%		1,7%	2,1%	

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em abril de 2015, a Dívida Externa Líquida totalizou R$ 117,1 bilhões, que equivalem a 2,1% do PIB.

Em abril, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R$ 117,1 bilhões, contra R$ 124,1 bilhões em março. Houve redução de R$ 7,1 bilhões em relação ao mês anterior, explicado pelo efeito conjunto da variação cambial negativa de R$ 7,1 bilhões, do resgate líquido de R$ 657,6 milhões e da apropriação de juros no valor de R$ 685,8 milhões.

R$ Milhões

Tabela 28 - Variação da Dívida Externa do Tesouro Nacional - Brasil - 2014/2015						
Discriminação	Saldo	Fatores de Variação [2]				Saldo
	Mar/15	Emissões	Resgates [1]	Juros [2]	Variação Cambial	Abr/15
DÍVIDA MOBILIÁRIA [3]	113.239,8	0,0	-452,6	623,5	-6.493,1	106.917,6
Global US$	95.039,4	0,0	-355,5	488,6	-6.351,8	88.820,8
Euro	4.687,6	0,0	-97,2	19,1	-141,3	4.468,2
Global BRL	13.512,8	0,0	0,0	115,8	0,0	13.628,6
Demais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
DÍVIDA CONTRATUAL	11.476,3	11,2	-216,2	62,3	-574,9	10.758,7
Org. Internacionais	4.282,8	10,5	0,0	13,2	-286,2	4.020,3
Bancos Privados/Agencias Governamentais	7.193,5	0,7	-216,2	49,1	-288,7	6.738,4
TOTAL	124.716,1	11,2	-668,8	685,8	-7.068,1	117.676,3

Fonte: Tesouro Nacional
Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1. Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.
2. Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.
3. A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFi.

Comparativamente ao ano anterior, a elevação da Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional foi de R$ 24,6 bilhões, passando de R$ 92,5 bilhões, em abril de 2014, para R$ 117,1 bilhões, em abril de 2015. Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 90,9% (R$ 106,9 bilhões) e a dívida contratual representa 9,1% (R$ 10,8 bilhões).

Em proporção do PIB, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional aumentou de 1,7% em abril de 2014 para 2,1% em abril de 2015.

Anexos

1. Lista de Abreviaturas

2. Tabelas do Resultado Fiscal

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 3.1. Dividendos pagos à União - Brasil - Mensal

Tabela 3.2. Dividendos pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão - Brasil - Acumulado no Ano

Tabela 6.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal

3. Boletim de Transferências para Estados e Municípios - Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

1.Lista de Abreviaturas

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CDE - Conta de Desenvolvimento Energético

CEF - Caixa Econômica Federal

CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico

Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira

CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público

CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido

Emgea – Empresa Gestora de Ativos

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações

FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento

FPE – Fundo de Participação de Estados

FPM – Fundo de Participação de Municípios

FSB - Fundo Soberano do Brasil

Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)

II - Imposto de Importação

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IOF - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física

IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica

IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

Paes – Parcelamento Especial

Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
PSI – Programa de Sustentação do Investimento
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

Boletim
FPM / FPE / IPI - Exportação

TesouroNacional

Em abril de 2015 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal do Brasil apresentaram acréscimo de 7,9% quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPM/FPE atingiram o montante de R$ 10,2 bilhões, ante R$ 9,5 bilhões no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta no portal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN (http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: > Governo (Estadual ou Municipal) > Gestão > Gestão de Recursos > Repasses de recursos.

Em abril, as transferências a título de FPM e FPE atingiram R$ 10,2 bilhões , já descontada a parcela do FUNDEB.

Distribuição do FPM/FPE

R$ Milhões

Origens	2014			2015			Variação Nominal		
	Março	Abril	Até Abril	Março	Abril	Até Abril	Abr/15 Mar/15	Abr/15 Abr/14	Até Abr/15 Abr/14
FPM	4.051,2	4.623,8	21.899,9	4.837,0	5.220,4	23.203,9	7,9%	12,9%	6,0%
FPE	3.871,2	4.418,3	20.926,6	4.622,0	4.988,3	22.172,6	7,9%	12,9%	6,0%
IPI - Exp	276,2	301,2	1.194,0	283,3	296,7	1.354,3	4,7%	-1,5%	13,4%

Obs.: Valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).

Previsto X Realizado

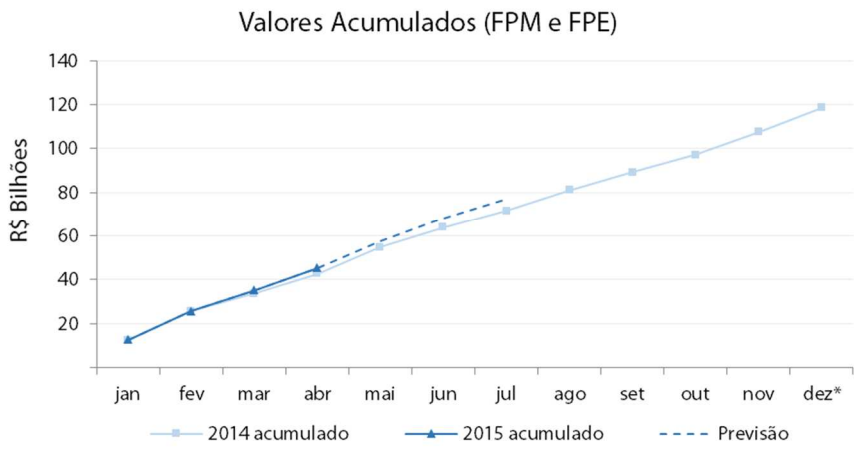
MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Abril	-0,7%	7,9%	-0,7%	7,9%	3,1%	4,7%

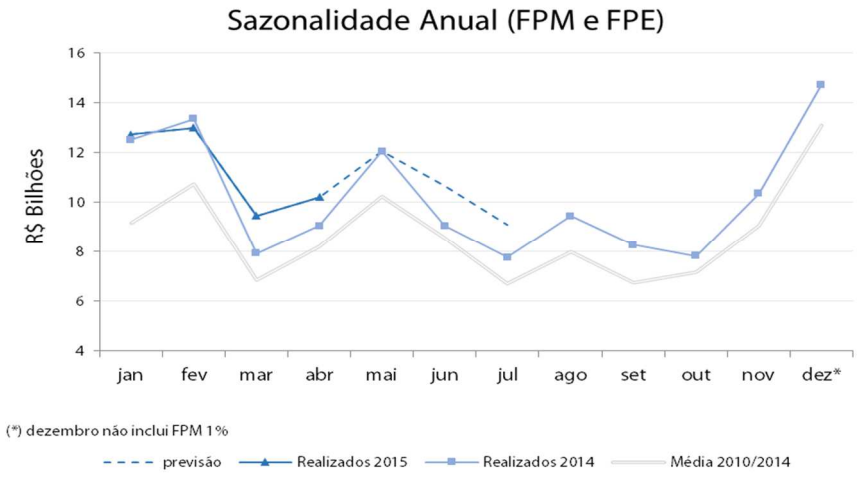
Obs.: Os percentuais de FPM Estimado e Realizado não consideram o repasse relativo ao FPM 1%.

Estimativa Trimestral

FUNDOS	Maio	Junho	Julho
FPM	18,0%	-11,6%	-14,8%
FPE	18,0%	-11,6%	-14,8%
IPI - EXP	14,3%	3,9%	4,8%

Gráficos





Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/03/2015 a 20/04/2015, conforme demonstrativo abaixo:

R$ Milhões

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
MAR/3º DEC	2.401,0	12.232,9	14.633,9	ABR/1º DEC	2.517,0	2.634,1	192,1	5.343,2
ABR/1º DEC	785,2	3.235,4	4.020,6	ABR/2ª DEC	691,5	723,7	62,8	1.478,1
ABR/2ª DEC	522,8	9.824,8	10.347,5	ABR/3º DEC	1.779,8	1.862,6	41,8	3.684,2
TOTAL	3.709,0	25.293,0	29.002,0	**TOTAL**	4.988,3	5.220,4	296,7	10.505,4

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;
- Não ocorrência de Classificação por Estimativa. Não ocorrência de Depósitos Judiciais.

Distribuição de Fundos

R$ Mil

ESTADOS	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
Acre	AC	27.735,1	170.651,4	10,7
Alagoas	AL	124.223,4	207.520,2	167,2
Amazonas	AM	79.972,5	139.194,8	2.273,0
Amapá	AP	20.387,6	170.202,4	638,5
Bahia	BA	485.952,1	468.715,1	15.888,1
Ceará	CE	258.879,0	365.990,0	2.825,8
Distrito Federal	DF	8.818,2	34.429,6	438,2
Espírito Santo	ES	90.376,6	74.825,2	16.286,0
Goiás	GO	191.322,7	141.823,7	6.645,5
Maranhão	MA	216.591,4	360.068,9	2.309,5
Minas Gerais	MG	684.063,5	222.205,9	41.345,2
Mato Grosso do Sul	MS	77.482,6	66.444,8	5.507,5
Mato Grosso	MT	95.186,6	115.126,1	4.633,6
Pará	PA	186.948,1	304.887,8	18.110,3
Paraíba	PB	168.592,5	238.887,0	303,3
Pernambuco	PE	256.539,0	344.205,9	4.279,7
Piauí	PI	138.350,0	215.566,4	65,9
Paraná	PR	352.508,9	143.824,0	22.857,6
Rio de Janeiro	RJ	153.481,1	76.207,0	43.415,3
Rio Grande do Norte	RN	129.149,1	208.408,2	233,1
Rondônia	RO	44.247,4	140.451,9	1.033,2
Roraima	RR	25.883,8	123.745,9	6,4
Rio Grande do Sul	RS	353.002,2	117.465,6	31.872,4
Santa Catarina	SC	203.608,6	63.840,9	15.792,6
Sergipe	SE	77.833,2	207.280,8	96,4
São Paulo	SP	695.102,3	49.883,5	59.343,7
Tocantins	TO	74.125,9	216.494,3	339,4
TOTAL		**5.220.363,5**	**4.988.347,2**	**296.718,3**

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).

No Diário Oficial da União do dia 10 de dezembro de 2014, foi publicada a Portaria STN nº 692, de 9 de dezembro de 2014, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2015, disponível no endereço:

https://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Inter-governamentais - COINT

Fone: (61) 3412-3051

Email: coint.df.stn@fazenda.gov.br ou transferencias.stn@fazenda.gov.br

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões - A Preços Correntes

TESOURO NACIONAL

Discriminação	2014	2015		Variação (%)	
	Abril	Março	Abril	Abr/15 Mar/15	Abr/15 Abr/14
1. RECEITA TOTAL	**112.365,7**	**97.414,2**	**117.532,7**	**20,7%**	**4,6%**
Receitas do Tesouro Nacional	***85.150,7***	***70.155,0***	***86.822,5***	***23,8%***	***2,0%***
Receita Bruta	86.086,7	71.091,6	88.095,5	23,9%	2,3%
Impostos	42.562,8	35.453,9	44.264,9	24,9%	4,0%
Contribuições	28.663,9	26.975,5	30.442,5	12,9%	6,2%
Demais [2/]	14.860,0	8.662,2	13.388,1	54,6%	-9,9%
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	0,0	-	-
(-) Restituições	-931,3	-936,5	-1.272,9	35,9%	36,7%
(-) Incentivos Fiscais	-4,7	0,0	0,0	-	-100,0%
Receitas da Previdência Social	***26.799,3***	***27.037,9***	***30.452,1***	**12,6%**	**13,6%**
Receitas da Previdência Social - Urbano [3/]	26.195,2	26.551,8	29.780,7	12,2%	13,7%
Receitas da Previdência Social - Rural [3/]	604,1	486,1	671,4	38,1%	11,1%
Receitas do Banco Central	***415,7***	***221,3***	***258,1***	***16,6%***	***-37,9%***
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	**16.331,1**	**14.818,3**	**18.335,1**	**23,7%**	**12,3%**
Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	***11.679,0***	***12.177,8***	***13.131,8***	***7,8%***	***12,4%***
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [4/]	***162,5***	***0,0***	***650,0***	***-***	***300,0%***
Transferências da Cide - Combustíveis	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***-***	***-***
Demais Transferências	***4.489,5***	***2.640,5***	***4.553,3***	***72,4%***	***1,4%***
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	**96.034,6**	**82.595,9**	**99.197,6**	**20,1%**	**3,3%**
4. DESPESA TOTAL	**79.422,5**	**81.110,2**	**89.111,9**	**9,9%**	**12,2%**
Despesas do Tesouro Nacional	***49.245,5***	***47.285,1***	***55.211,5***	**16,8%**	**12,1%**
Pessoal e Encargos Sociais [2/]	16.674,9	17.274,9	17.904,4	3,6%	7,4%
Custeio e Capital	32.196,6	29.826,8	37.108,4	24,4%	15,3%
Despesa do FAT	2.992,5	3.580,4	3.868,9	8,1%	29,3%
Abono e Seguro Desemprego	2.970,1	3.545,3	3.834,5	8,2%	29,1%
Demais Despesas do FAT	22,4	35,0	34,4	-1,9%	53,6%
Subsídios e Subvenções Econômicas [5/]	1.422,9	573,0	3.818,2	566,4%	168,3%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	1.005,5	118,7	3.308,8	-	229,1%
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	417,4	454,2	509,5	12,2%	22,0%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) [6/]	3.143,8	3.547,8	3.565,3	0,5%	13,4%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	-
Auxílio à CDE	0,0	0,0	0,0	-	-
Outras Despesas de Custeio e Capital	24.637,4	22.125,6	25.856,0	16,9%	4,9%
Outras Despesas de Custeio	17.726,0	18.228,4	21.630,8	18,7%	22,0%
Outras Despesas de Capital [7/]	6.911,3	3.897,2	4.225,2	8,4%	-38,9%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	374,0	183,4	198,6	8,3%	-46,9%
Benefícios Previdenciários	**29.870,5**	**33.560,9**	**33.564,0**	**0,0%**	**12,4%**
Benefícios Previdenciários - Urbano [3/]	23.159,6	25.996,9	26.017,9	0,1%	12,3%
Benefícios Previdenciários - Rural [3/]	6.710,9	7.563,9	7.546,1	-0,2%	12,4%
Despesas do Banco Central	**306,6**	**264,2**	**336,4**	**27,3%**	**9,7%**
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB [8/]	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**-**	**-**
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)	**16.612,1**	**1.485,8**	**10.085,6**	**578,8%**	**-39,3%**
Tesouro Nacional	***19.574,2***	***8.051,6***	***13.275,9***	***64,9%***	***-32,2%***
Previdência Social (RGPS) [9/]	***-3.071,2***	***-6.522,9***	***-3.111,9***	***-52,3%***	***1,3%***
Previdência Social (RGPS) - Urbano [3/]	3.035,6	554,9	3.762,8	578,1%	24,0%
Previdência Social (RGPS) - Rural [3/]	-6.106,8	-7.077,8	-6.874,7	-2,9%	12,6%
Banco Central [10/]	***109,1***	***-42,9***	***-78,4***	***82,5%***	***-***
7. AJUSTE METODOLÓGICO [11/]	**0,0**	**445,2**	**241,2**	**-45,8%**	**-**
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	**242,2**	**-448,3**	**n.d.**	**-**	**-**
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8) [12/]	**16.854,3**	**1.482,7**	**n.d.**	**-**	**-**
10. JUROS NOMINAIS [12/]	**-10.745,9**	**-62.230,9**	**n.d.**	**-**	**-**
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10) [12/]	**6.108,4**	**-60.748,3**	**n.d.**	**-**	**-**
Memo:				-	-
Parcela patronal da CPSS [2/]	1.205,8	1.404,7	1.276,1	-9,2%	5,8%
RMV [6/]	141,5	139,2	137,5	-1,2%	-2,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

5/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

6/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

7/ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

8/ Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

9/ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

10/ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

11/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

12/ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.

Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões - A Preços de Abril de 2015

TESOURO NACIONAL

Discriminação	2014	2015		Variação (%)	
	Abril	Março	Abril	Abr/15 Mar/15	Abr/15 Abr/14
1. RECEITA TOTAL	**121.547,8**	**98.105,9**	**117.532,7**	**19,8%**	**-3,3%**
Receitas do Tesouro Nacional	***92.108,9***	***70.653,1***	***86.822,5***	***22,9%***	***-5,7%***
Receita Bruta	93.121,3	71.596,3	88.095,5	23,0%	-5,4%
Impostos	46.040,8	35.705,6	44.264,9	24,0%	-3,9%
Contribuições	31.006,2	27.167,0	30.442,5	12,1%	-1,8%
Demais [2/]	16.074,3	8.723,7	13.388,1	53,5%	-16,7%
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	0,0	-	-
(-) Restituições	-1.007,4	-943,2	-1.272,9	35,0%	26,4%
(-) Incentivos Fiscais	-5,1	0,0	0,0	-	-100,0%
Receitas da Previdência Social	***28.989,2***	***27.229,9***	***30.452,1***	**11,8%**	**5,0%**
Receitas da Previdência Social - Urbano [3/]	28.335,7	26.740,3	29.780,7	11,4%	5,1%
Receitas da Previdência Social - Rural [3/]	653,5	489,6	671,4	37,1%	2,7%
Receitas do Banco Central	***449,7***	***222,8***	***258,1***	***15,8%***	***-42,6%***
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	**17.665,6**	**14.923,5**	**18.335,1**	**22,9%**	**3,8%**
Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	***12.633,4***	***12.264,3***	***13.131,8***	***7,1%***	***3,9%***
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [4/]	***175,8***	***0,0***	***650,0***	***-***	***269,8%***
Transferências da Cide - Combustíveis	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***-***	***-***
Demais Transferências	***4.856,4***	***2.659,2***	***4.553,3***	***71,2%***	***-6,2%***
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	**103.882,2**	**83.182,4**	**99.197,6**	**19,3%**	**-4,5%**
4. DESPESA TOTAL	**85.912,6**	**81.686,1**	**89.111,9**	**9,1%**	**3,7%**
Despesas do Tesouro Nacional	***53.269,6***	***47.620,8***	***55.211,5***	***15,9%***	***3,6%***
Pessoal e Encargos Sociais [2/]	18.037,5	17.397,6	17.904,4	2,9%	-0,7%
Custeio e Capital	34.827,5	30.038,5	37.108,4	23,5%	6,5%
Despesa do FAT	3.237,0	3.605,8	3.868,9	7,3%	19,5%
Abono e Seguro Desemprego	3.212,8	3.570,5	3.834,5	7,4%	19,3%
Demais Despesas do FAT	24,2	35,3	34,4	-2,5%	42,0%
Subsídios e Subvenções Econômicas [5/]	1.539,2	577,0	3.818,2	561,7%	148,1%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	1.087,7	119,6	3.308,8	-	204,2%
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	451,6	457,5	509,5	11,4%	12,8%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) [6/]	3.400,7	3.573,0	3.565,3	-0,2%	4,8%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	-
Auxílio à CDE	0,0	0,0	0,0	-	-
Outras Despesas de Custeio e Capital	26.650,6	22.282,7	25.856,0	16,0%	-3,0%
Outras Despesas de Custeio	19.174,5	18.357,8	21.630,8	17,8%	12,8%
Outras Despesas de Capital [7/]	7.476,1	3.924,9	4.225,2	7,7%	-43,5%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	404,6	184,7	198,6	7,5%	-50,9%
Benefícios Previdenciários	**32.311,4**	**33.799,1**	**33.564,0**	**-0,7%**	**3,9%**
Benefícios Previdenciários - Urbano [3/]	25.052,1	26.181,5	26.017,9	-0,6%	3,9%
Benefícios Previdenciários - Rural [3/]	7.259,3	7.617,6	7.546,1	-0,9%	4,0%
Despesas do Banco Central	**331,6**	**266,1**	**336,4**	**26,4%**	**1,5%**
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB [8/]	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**-**	**-**
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)	**17.969,6**	**1.496,3**	**10.085,6**	**574,0%**	**-43,9%**
Tesouro Nacional	***21.173,7***	***8.108,8***	***13.275,9***	***63,7%***	***-37,3%***
Previdência Social (RGPS) [9/]	***-3.322,2***	***-6.569,2***	***-3.111,9***	***-52,6%***	***-6,3%***
Previdência Social (RGPS) - Urbano [3/]	3.283,6	558,8	3.762,8	573,4%	14,6%
Previdência Social (RGPS) - Rural [3/]	-6.605,8	-7.128,0	-6.874,7	-3,6%	4,1%
Banco Central [10/]	***118,1***	***-43,2***	***-78,4***	***81,2%***	***-***
7. AJUSTE METODOLÓGICO [11/]	**0,0**	**448,3**	**241,2**	**-46,2%**	**-**
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	**262,0**	**-451,4**	**n.d.**	**-**	**-**
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8) [12/]	**18.231,6**	**1.493,2**	**n.d.**	**-**	**-**
10. JUROS NOMINAIS [12/]	**-11.624,0**	**-62.672,8**	**n.d.**	**-**	**-**
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10) [12/]	**6.607,6**	**-61.179,6**	**n.d.**	**-**	**-**
Memo:	0,0			-	-
Parcela patronal da CPSS [2/]	1.304,3	1.212,3	1.276,1	5,3%	-2,2%
RMV [6/]	153,1	143,8	137,5	-4,4%	-10,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

5/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

6/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

7/ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as

8/ Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

9/ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

10/ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

11/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

12/ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - A Preços Correntes

TESOURO NACIONAL

Discriminação	2014 Jan-Abr	2015 Jan-Abr	Variação (%) Jan-Abr/15 Jan-Abr/14
1. RECEITA TOTAL	**418.304,2**	**432.192,4**	**3,3%**
Receitas do Tesouro Nacional	***315.469,8***	***320.927,1***	***1,7%***
Receita Bruta	318.121,4	326.196,1	2,5%
Impostos	151.332,6	162.159,9	7,2%
Contribuições	117.773,0	123.371,1	4,8%
Demais [2/]	49.015,8	40.665,1	-17,0%
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	-
(-) Restituições	-2.645,3	-5.269,0	99,2%
(-) Incentivos Fiscais	-6,3	0,0	-100,0%
Receitas da Previdência Social	***101.676,8***	***110.395,9***	***8,6%***
Receitas da Previdência Social - Urbano [3/]	99.594,3	108.284,0	8,7%
Receitas da Previdência Social - Rural [3/]	2.082,5	2.111,8	1,4%
Receitas do Banco Central	***1.157,6***	***869,4***	***-24,9%***
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	**73.939,1**	**77.378,2**	**4,7%**
Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	***55.025,7***	***58.413,5***	***6,2%***
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [4/]	***2.437,5***	***650,0***	***-73,3%***
Transferências da Cide - Combustíveis	***116,1***	***7,8***	***-93,2%***
Demais Transferências	***16.359,8***	***18.306,9***	***11,9%***
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	**344.365,1**	**354.814,3**	**3,0%**
4. DESPESA TOTAL	**314.632,5**	**340.221,5**	**8,1%**
Despesas do Tesouro Nacional	***197.160,1***	***207.554,8***	***5,3%***
Pessoal e Encargos Sociais [2/]	68.661,1	72.800,6	6,0%
Custeio e Capital	127.517,8	134.093,3	5,2%
Despesa do FAT	13.276,2	14.732,2	11,0%
Abono e Seguro Desemprego	13.143,7	14.630,9	11,3%
Demais Despesas do FAT	132,5	101,3	-23,6%
Subsídios e Subvenções Econômicas [5/]	3.393,8	6.479,9	90,9%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	1.885,7	4.605,3	144,2%
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	1.508,1	1.874,5	24,3%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) [6/]	12.092,0	14.052,7	16,2%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	-
Auxílio à CDE	2.772,8	1.250,0	-54,9%
Outras Despesas de Custeio e Capital	95.983,0	97.578,5	1,7%
Outras Despesas de Custeio	68.628,8	78.260,1	14,0%
Outras Despesas de Capital [7/]	27.354,1	19.318,4	-29,4%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	981,2	660,8	-32,7%
Benefícios Previdenciários	**116.453,1**	**131.557,7**	**13,0%**
Benefícios Previdenciários - Urbano [3/]	90.533,0	101.824,9	12,5%
Benefícios Previdenciários - Rural [3/]	25.920,1	29.732,7	14,7%
Despesas do Banco Central	**1.019,3**	**1.109,1**	**8,8%**
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB [8/]	**0,0**	**0,0**	**-**
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)	**29.732,6**	**14.592,8**	**-50,9%**
Tesouro Nacional	***44.370,6***	***35.994,2***	***-18,9%***
Previdência Social (RGPS) [9/]	***-14.776,3***	***-21.161,8***	***43,2%***
Previdência Social (RGPS) - Urbano [3/]	9.061,3	6.459,1	-28,7%
Previdência Social (RGPS) - Rural [3/]	-23.837,5	-27.620,9	15,9%
Banco Central [10/]	***138,3***	***-239,6***	**-**
7. AJUSTE METODOLÓGICO [11/]	**0,0**	**969,4**	**-**
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	**-557,1**	**n.d**	**-**
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8) [12/]	**29.175,5**	**n.d**	**-**
10. JUROS NOMINAIS [12/]	**-50.394,8**	**n.d**	**-**
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10) [12/]	**-21.219,4**	**n.d**	**-**
Memo:			-
Parcela patronal da CPSS [2/]	4.994,9	5.432,7	8,8%
RMV [6/]	550,7	537,8	-2,3%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

5/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

6/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças j

7/ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

8/ Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

9/ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

10/ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

11/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

12/ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.

Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - A Preços de Abril de 2015 (IPCA)

TESOURO NACIONAL

Discriminação	2014 Jan-Abr	2015 Jan-Abr	Variação (%) Jan-Abr/15 Jan-Abr/14
1. RECEITA TOTAL	**457.776,9**	**438.875,9**	**-4,1%**
Receitas do Tesouro Nacional	***345.298,0***	***326.006,2***	***-5,6%***
Receita Bruta	348.194,6	331.367,3	-4,8%
Impostos	165.648,4	164.729,8	-0,6%
Contribuições	128.961,3	125.384,2	-2,8%
Demais [2/]	53.584,8	41.253,3	-23,0%
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	-
(-) Restituições	-2.889,7	-5.361,1	85,5%
(-) Incentivos Fiscais	-6,8	0,0	-100,0%
Receitas da Previdência Social	***111.213,5***	***111.989,4***	***0,7%***
Receitas da Previdência Social - Urbano [3/]	108.937,4	109.848,5	0,8%
Receitas da Previdência Social - Rural [3/]	2.276,1	2.140,9	-5,9%
Receitas do Banco Central	***1.265,4***	***880,3***	***-30,4%***
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	**81.003,8**	**78.665,3**	**-2,9%**
Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	***60.289,6***	***59.380,6***	***-1,5%***
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [4/]	***2.692,0***	***650,0***	***-75,9%***
Transferências da Cide - Combustíveis	***128,5***	***8,0***	***-93,7%***
Demais Transferências	***17.893,8***	***18.626,7***	***4,1%***
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	**376.773,1**	**360.210,7**	**-4,4%**
4. DESPESA TOTAL	**344.317,5**	**345.415,6**	**0,3%**
Despesas do Tesouro Nacional	***215.814,5***	***210.788,3***	***-2,3%***
Pessoal e Encargos Sociais [2/]	75.151,4	73.940,3	-1,6%
Custeio e Capital	139.590,4	136.179,3	-2,4%
Despesa do FAT	14.550,1	14.965,5	2,9%
Abono e Seguro Desemprego	14.404,8	14.863,2	3,2%
Demais Despesas do FAT	145,3	102,4	-29,5%
Subsídios e Subvenções Econômicas [5/]	3.708,8	6.540,0	76,3%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	2.058,9	4.638,4	125,3%
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	1.649,9	1.901,7	15,3%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) [6/]	13.226,8	14.262,2	7,8%
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	-
Auxílio à CDE	3.035,3	1.291,1	-57,5%
Outras Despesas de Custeio e Capital	105.069,6	99.120,5	-5,7%
Outras Despesas de Custeio	75.096,2	79.450,3	5,8%
Outras Despesas de Capital [7/]	29.973,4	19.670,1	-34,4%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	1.072,6	668,6	-37,7%
Benefícios Previdenciários	**127.388,8**	**133.503,0**	**4,8%**
Benefícios Previdenciários - Urbano [3/]	99.035,7	103.328,6	4,3%
Benefícios Previdenciários - Rural [3/]	28.353,1	30.174,3	6,4%
Despesas do Banco Central	**1.114,3**	**1.124,4**	**0,9%**
5. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB [8/]	**0,0**	**0,0**	**-**
6. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (3 - 4 + 5)	**32.455,6**	**14.795,0**	**-54,4%**
Tesouro Nacional	***48.479,7***	***36.552,7***	***-24,6%***
Previdência Social (RGPS) [9/]	***-16.175,3***	***-21.513,6***	***33,0%***
Previdência Social (RGPS) - Urbano [3/]	9.901,7	6.519,9	-34,2%
Previdência Social (RGPS) - Rural [3/]	-26.077,0	-28.033,5	7,5%
Banco Central [10/]	***151,1***	***-244,1***	***-***
7. AJUSTE METODOLÓGICO [11/]	**0,0**	**981,0**	**-**
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	**-619,8**	**n.d**	**-**
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6 + 7 + 8) [12/]	**31.835,8**	**n.d**	**-**
10. JUROS NOMINAIS [12/]	**-55.283,6**	**n.d**	**-**
11. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (9 + 10) [12/]	**-23.447,8**	**n.d**	**-**
Memo:	0,0		-
Parcela patronal da CPSS [2/]	5.466,8	5.517,0	0,9%
RMV [6/]	602,4	545,7	-9,4%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

2/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

5/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

6/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças j

7/ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras, conforme detalhamento na tabela A9. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

8/ Em 2008 corresponde à despesa de integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008. Em 2012 corresponde à receita proveniente do resgate de cotas do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização – FFIE, conforme previsto na Resolução CDFSB nº 9/2012.

9/ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

10/ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

11/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

12/ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	2014	2015		Variação (%)	
	Abril	Março	Abril	Abr/15 Mar/15	Abr/15 Abr/14
1. RECEITA TOTAL	**112.365,7**	**97.414,2**	**117.532,7**	**20,7%**	**4,6%**
Receitas do Tesouro Nacional	**85.150,7**	**70.155,0**	**86.822,5**	**23,8%**	**2,0%**
Receita Bruta	***86.086,7***	***71.091,6***	***88.095,5***	***23,9%***	***2,3%***
Impostos	*42.562,8*	*35.453,9*	*44.264,9*	24,9%	4,0%
IR	33.141,6	24.936,0	33.986,5	36,3%	2,5%
IR - Pessoa Física	6.810,1	1.220,1	7.593,5	522,4%	11,5%
IR - Pessoa Jurídica	13.461,6	9.521,2	11.940,3	25,4%	-11,3%
IR - Retido na Fonte	12.870,0	14.194,7	14.452,6	1,8%	12,3%
IRRF - Rendimentos do Trabalho	7.087,1	8.119,0	7.760,6	-4,4%	9,5%
IRRF - Rendimentos do Capital	3.001,7	3.492,1	3.247,2	-7,0%	8,2%
IRRF - Remessas ao Exterior	2.025,4	1.904,5	1.821,6	-4,4%	-10,1%
IRRF - Outros Rendimentos	755,8	679,1	1.623,3	139,0%	114,8%
IPI	4.018,0	3.863,1	4.112,8	6,5%	2,4%
IPI - Fumo	296,3	130,0	271,5	108,9%	-8,4%
IPI - Bebidas	271,4	242,0	225,8	-6,7%	-16,8%
IPI - Automóveis	391,3	400,0	396,7	-0,8%	1,4%
IPI - Vinculado a importação	1.264,9	1.572,4	1.443,1	-8,2%	14,1%
IPI - Outros	1.794,2	1.518,7	1.775,6	16,9%	-1,0%
IOF	2.428,5	2.715,2	2.858,5	5,3%	17,7%
Imposto de Importação	2.955,9	3.907,2	3.289,2	-15,8%	11,3%
Outros	18,6	32,4	18,0	-44,5%	-3,4%
Contribuições	*28.663,9*	*26.975,5*	*30.442,5*	*12,9%*	*6,2%*
COFINS	15.191,9	15.313,0	17.075,9	11,5%	12,4%
CPMF	0,1	0,0	0,0	-21,9%	-78,4%
CSLL	7.068,8	5.087,1	6.242,2	22,7%	-11,7%
CIDE-Combustíveis	0,8	0,6	0,4	-26,4%	-40,5%
Pis/Pasep	4.013,6	4.201,3	4.562,5	8,6%	13,7%
Salário Educação	1.379,0	1.505,9	1.499,5	-0,4%	8,7%
Outras [2/]	1.009,6	867,6	1.061,9	22,4%	5,2%
Demais	*14.860,0*	*8.662,2*	*13.388,1*	54,6%	-9,9%
CPSS [3/]	1.014,7	1.136,9	1.122,4	-1,3%	10,6%
Cota parte de compensações financeiras	6.026,1	1.331,8	3.389,3	154,5%	-43,8%
Diretamente arrecadadas	4.745,5	3.394,9	7.349,1	116,5%	54,9%
Concessões	225,8	68,2	619,2	808,3%	174,2%
Dividendos	2.340,7	1.755,4	345,3	-80,3%	-85,2%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	0,0	-	-
Outras	507,2	975,1	562,7	-42,3%	11,0%
(-) Restituições	***-931,3***	***-936,5***	***-1.272,9***	***35,9%***	***36,7%***
(-) Incentivos Fiscais	***-4,7***	***0,0***	***0,0***	***-***	***-100,0%***
Receitas da Previdência Social	**26.799,3**	**27.037,9**	**30.452,1**	**12,6%**	**13,6%**
Urbana	***26.195,2***	***26.551,8***	***29.780,7***	***12,2%***	***13,7%***
Rural	***604,1***	***486,1***	***671,4***	***38,1%***	***11,1%***
Receitas do Banco Central	**415,7**	**221,3**	**258,1**	**16,6%**	**-37,9%**
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL [4/]	**16.331,1**	**14.818,3**	**18.335,1**	**23,7%**	**12,3%**
Transferências Constitucionais	***11.679,0***	***12.177,8***	***13.131,8***	***7,8%***	***12,4%***
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [5/]	***162,5***	***0,0***	***650,0***	***-***	***300,0%***
Transferências da Cide - Combustíveis	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***-***	***-***
Demais Transferências	***4.489,5***	***2.640,5***	***4.553,3***	***72,4%***	***1,4%***
Salário Educação	824,0	921,2	901,7	-2,1%	9,4%
Royalties	1.460,6	924,3	980,3	6,1%	-32,9%
Fundef/Fundeb	685,8	773,2	2.645,4	242,2%	285,7%
Outras	1.519,1	21,8	25,9	18,7%	-98,3%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	**96.034,6**	**82.595,9**	**99.197,6**	**20,1%**	**3,3%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

3/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

4/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

5/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões - A Preços de Abril de 2015

TESOURO NACIONAL

Discriminação	2014	2015		Variação (%)	
	Abril	Março	Abril	Abr/15 Mar/15	Abr/15 Abr/14
1. RECEITA TOTAL	**121.547,8**	**98.105,9**	**117.532,7**	**19,8%**	**-3,3%**
Receitas do Tesouro Nacional	**92.108,9**	**70.653,1**	**86.822,5**	**22,9%**	**-5,7%**
Receita Bruta	***93.121,3***	***71.596,3***	***88.095,5***	***23,0%***	***-5,4%***
Impostos	*46.040,8*	*35.705,6*	*44.264,9*	24,0%	-3,9%
IR	35.849,8	25.113,0	33.986,5	35,3%	-5,2%
IR - Pessoa Física	7.366,5	1.228,8	7.593,5	518,0%	3,1%
IR - Pessoa Jurídica	14.561,6	9.588,8	11.940,3	24,5%	-18,0%
IR - Retido na Fonte	13.921,7	14.295,5	14.452,6	1,1%	3,8%
IRRF - Rendimentos do Trabalho	7.666,2	8.176,6	7.760,6	-5,1%	1,2%
IRRF - Rendimentos do Capital	3.246,9	3.516,9	3.247,2	-7,7%	0,0%
IRRF - Remessas ao Exterior	2.190,9	1.918,0	1.821,6	-5,0%	-16,9%
IRRF - Outros Rendimentos	817,6	683,9	1.623,3	137,3%	98,5%
IPI	4.346,4	3.890,5	4.112,8	5,7%	-5,4%
IPI - Fumo	320,5	130,9	271,5	107,4%	-15,3%
IPI - Bebidas	293,5	243,7	225,8	-7,3%	-23,1%
IPI - Automóveis	423,3	402,8	396,7	-1,5%	-6,3%
IPI - Vinculado a importação	1.368,3	1.583,6	1.443,1	-8,9%	5,5%
IPI - Outros	1.940,8	1.529,5	1.775,6	16,1%	-8,5%
IOF	2.627,0	2.734,5	2.858,5	4,5%	8,8%
Imposto de Importação	3.197,5	3.934,9	3.289,2	-16,4%	2,9%
Outros	20,1	32,6	18,0	-44,9%	-10,7%
Contribuições	*31.006,2*	*27.167,0*	*30.442,5*	*12,1%*	*-1,8%*
COFINS	16.433,3	15.421,7	17.075,9	10,7%	3,9%
CPMF	0,1	0,0	0,0	-22,4%	-80,1%
CSLL	7.646,5	5.123,2	6.242,2	21,8%	-18,4%
CIDE-Combustíveis	0,8	0,6	0,4	-26,9%	-45,0%
Pis/Pasep	4.341,6	4.231,1	4.562,5	7,8%	5,1%
Salário Educação	1.491,7	1.516,6	1.499,5	-1,1%	0,5%
Outras [2/]	1.092,1	873,7	1.061,9	21,5%	-2,8%
Demais	*16.074,3*	*8.723,7*	*13.388,1*	53,5%	-16,7%
CPSS [3/]	1.097,6	1.144,9	1.122,4	-2,0%	2,3%
Cota parte de compensações financeiras	6.518,5	1.341,2	3.389,3	152,7%	-48,0%
Diretamente arrecadadas	5.133,3	3.419,0	7.349,1	114,9%	43,2%
Concessões	244,3	68,7	619,2	801,9%	153,5%
Dividendos	2.532,0	1.767,8	345,3	-80,5%	-86,4%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	0,0	-	-
Outras	548,6	982,0	562,7	-42,7%	2,6%
(-) Restituições	***-1.007,4***	***-943,2***	***-1.272,9***	***35,0%***	***26,4%***
(-) Incentivos Fiscais	***-5,1***	***0,0***	***0,0***	***-***	***-100,0%***
Receitas da Previdência Social	**28.989,2**	**27.229,9**	**30.452,1**	**11,8%**	**5,0%**
Urbana	***28.335,7***	***26.740,3***	***29.780,7***	***11,4%***	***5,1%***
Rural	***653,5***	***489,6***	***671,4***	***37,1%***	***2,7%***
Receitas do Banco Central	**449,7**	**222,8**	**258,1**	**15,8%**	**-42,6%**
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL [4/]	**17.665,6**	**14.923,5**	**18.335,1**	**22,9%**	**3,8%**
Transferências Constitucionais	***12.633,4***	***12.264,3***	***13.131,8***	***7,1%***	***3,9%***
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [5/]	***175,8***	***0,0***	***650,0***	***-***	***269,8%***
Transferências da Cide - Combustíveis	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***-***	***-***
Demais Transferências	***4.856,4***	***2.659,2***	***4.553,3***	***71,2%***	***-6,2%***
Salário Educação	891,3	927,7	901,7	-2,8%	1,2%
Royalties	1.580,0	930,9	980,3	5,3%	-38,0%
Fundef/Fundeb	741,9	778,6	2.645,4	239,7%	256,6%
Outras	1.643,2	22,0	25,9	17,8%	-98,4%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	**103.882,2**	**83.182,4**	**99.197,6**	**19,3%**	**-4,5%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

3/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

4/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

5/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - A Preços Correntes

TESOURO NACIONAL

Discriminação	2014 Jan-Abr	2015 Jan-Abr	Variação (%) Jan-Abr/15 Jan-Abr/14
1. RECEITA TOTAL	**418.304,2**	**432.192,4**	**3,3%**
Receitas do Tesouro Nacional	**315.469,8**	**320.927,1**	**1,7%**
Receita Bruta	***318.121,4***	***326.196,1***	***2,5%***
Impostos	*151.332,6*	*162.159,9*	*7,2%*
IR	113.106,8	120.811,5	6,8%
IR - Pessoa Física	10.512,7	11.090,6	5,5%
IR - Pessoa Jurídica	51.325,3	51.746,3	0,8%
IR - Retido na Fonte	51.268,8	57.974,6	13,1%
IRRF - Rendimentos do Trabalho	30.472,8	33.253,4	9,1%
IRRF - Rendimentos do Capital	10.886,6	13.148,1	20,8%
IRRF - Remessas ao Exterior	6.711,5	7.551,1	12,5%
IRRF - Outros Rendimentos	3.198,0	4.021,9	25,8%
IPI	16.345,1	16.884,2	3,3%
IPI - Fumo	1.945,2	2.105,2	8,2%
IPI - Bebidas	1.255,7	1.031,2	-17,9%
IPI - Automóveis	1.395,5	1.452,3	4,1%
IPI - Vinculado a importação	5.007,6	5.636,9	12,6%
IPI - Outros	6.741,1	6.658,7	-1,2%
IOF	9.280,5	10.886,6	17,3%
Imposto de Importação	12.524,8	13.493,4	7,7%
Outros	75,4	84,2	11,5%
Contribuições	*117.773,0*	*123.371,1*	*4,8%*
COFINS	63.345,3	66.409,2	4,8%
CPMF	0,4	0,3	-34,2%
CSLL	26.703,2	27.620,0	3,4%
CIDE-Combustíveis	3,0	2,0	-33,5%
Pis/Pasep	17.156,2	18.065,8	5,3%
Salário Educação	6.627,2	7.150,2	7,9%
Outras [2/]	3.937,7	4.123,7	4,7%
Demais	*49.015,8*	*40.665,1*	*-17,0%*
CPSS [3/]	4.057,0	4.451,5	9,7%
Cota parte de compensações financeiras	16.174,3	10.641,3	-34,2%
Diretamente arrecadadas	17.336,4	18.202,2	5,0%
Concessões	991,1	1.047,1	5,7%
Dividendos	8.231,3	2.233,6	-72,9%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	-
Outras	2.225,6	4.089,4	83,7%
(-) Restituições	***-2.645,3***	***-5.269,0***	***99,2%***
(-) Incentivos Fiscais	***-6,3***	***0,0***	***-100,0%***
Receitas da Previdência Social	**101.676,8**	**110.395,9**	**8,6%**
Urbana	***99.594,3***	***108.284,0***	***8,7%***
Rural	***2.082,5***	***2.111,8***	***1,4%***
Receitas do Banco Central	**1.157,6**	**869,4**	**-24,9%**
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL [4/]	**73.939,1**	**77.378,2**	**4,7%**
Transferências Constitucionais	***55.025,7***	***58.413,5***	***6,2%***
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [5/]	***2.437,5***	***650,0***	***-73,3%***
Transferências da Cide - Combustíveis	***116,1***	***7,8***	***-93,2%***
Demais Transferências	***16.359,8***	***18.306,9***	***11,9%***
Salário Educação	3.921,9	5.202,3	32,6%
Royalties	7.073,8	5.854,8	-17,2%
Fundef/Fundeb	3.725,4	7.102,9	90,7%
Outras	1.638,8	146,9	-91,0%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	**344.365,1**	**354.814,3**	**3,0%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

3/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

4/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

5/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - A Preços de Abril de 2015

TESOURO NACIONAL

Discriminação	2014 Jan-Abr	2015 Jan-Abr	Variação (%) Jan-Abr/15 Jan-Abr/14
1. RECEITA TOTAL	**457.776,9**	**438.875,9**	**-4,1%**
Receitas do Tesouro Nacional	**345.298,0**	**326.006,2**	**-5,6%**
Receita Bruta	***348.194,6***	***331.367,3***	***-4,8%***
Impostos	*165.648,4*	*164.729,8*	*-0,6%*
IR	123.812,1	122.747,7	-0,9%
IR - Pessoa Física	11.433,2	11.161,6	-2,4%
IR - Pessoa Jurídica	56.253,9	52.687,7	-6,3%
IR - Retido na Fonte	56.125,0	58.898,5	4,9%
IRRF - Rendimentos do Trabalho	33.363,8	33.796,9	1,3%
IRRF - Rendimentos do Capital	11.916,1	13.352,2	12,1%
IRRF - Remessas ao Exterior	7.344,1	7.675,2	4,5%
IRRF - Outros Rendimentos	3.501,0	4.074,2	16,4%
IPI	17.893,4	17.160,8	-4,1%
IPI - Fumo	2.140,4	2.160,1	0,9%
IPI - Bebidas	1.374,8	1.048,0	-23,8%
IPI - Automóveis	1.525,9	1.472,8	-3,5%
IPI - Vinculado a importação	5.479,4	5.718,8	4,4%
IPI - Outros	7.372,9	6.761,0	-8,3%
IOF	10.151,6	11.044,9	8,8%
Imposto de Importação	13.708,9	13.691,1	-0,1%
Outros	82,5	85,3	3,4%
Contribuições	*128.961,3*	*125.384,2*	*-2,8%*
COFINS	69.333,5	67.437,0	-2,7%
CPMF	0,5	0,3	-38,5%
CSLL	29.269,2	28.130,0	-3,9%
CIDE-Combustíveis	3,3	2,0	-38,3%
Pis/Pasep	18.780,4	18.346,6	-2,3%
Salário Educação	7.263,6	7.277,9	0,2%
Outras [2/]	4.310,9	4.190,4	-2,8%
Demais	*53.584,8*	*41.253,3*	*-23,0%*
CPSS [3/]	4.438,5	4.518,1	1,8%
Cota parte de compensações financeiras	17.700,8	10.830,4	-38,8%
Diretamente arrecadadas	18.943,5	18.431,1	-2,7%
Concessões	1.090,8	1.058,7	-2,9%
Dividendos	8.975,6	2.248,7	-74,9%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	-
Outras	2.435,6	4.166,3	71,1%
(-) Restituições	***-2.889,7***	***-5.361,1***	***85,5%***
(-) Incentivos Fiscais	***-6,8***	***0,0***	***-100,0%***
Receitas da Previdência Social	**111.213,5**	**111.989,4**	**0,7%**
Urbana	***108.937,4***	***109.848,5***	***0,8%***
Rural	***2.276,1***	***2.140,9***	***-5,9%***
Receitas do Banco Central	**1.265,4**	**880,3**	**-30,4%**
2. TRANSFERÊNCIAS TOTAL [4/]	**81.003,8**	**78.665,3**	**-2,9%**
Transferências Constitucionais	***60.289,6***	***59.380,6***	***-1,5%***
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 [5/]	***2.692,0***	***650,0***	***-75,9%***
Transferências da Cide - Combustíveis	***128,5***	***8,0***	***-93,7%***
Demais Transferências	***17.893,8***	***18.626,7***	***4,1%***
Salário Educação	4.293,5	5.300,3	23,4%
Royalties	7.744,7	5.956,8	-23,1%
Fundef/Fundeb	4.080,6	7.219,8	76,9%
Outras	1.775,0	149,7	-91,6%
3. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (1-2)	**376.773,1**	**360.210,7**	**-4,4%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

3/ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

4/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

5/ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Tabela 3.1. Dividendos pagos à União [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	2014	2015		Variação (%)	
	Abril	Março	Abril	Abr/15 Mar/15	Abr/15 Abr/14
DIVIDENDOS	**2.340,7**	**1.755,4**	**345,3**	**-80,3%**	**-85,2%**
Banco do Brasil	0,0	548,0	0,0	-100,0%	-
BNB	42,1	0,0	221,2	-	425,0%
BNDES	0,0	0,0	0,0	-	-
Caixa	15,6	1.072,8	0,0	-100,0%	-100,0%
Correios	0,0	0,0	0,0	-	-
Eletrobras	0,0	0,0	0,0	-	-
IRB	47,0	88,5	0,0	-100,0%	-100,0%
Petrobras	2.012,7	0,0	0,0	-	-100,0%
Demais	223,4	46,1	124,1	169,3%	-44,4%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

Tabela 3.1. Dividendos pagos à União [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões - A Preços de Abril de 2015

Discriminação	2014	2015		Variação (%)	
	Abril	Março	Abril	Abr/15 Mar/15	Abr/15 Abr/14
DIVIDENDOS	**2.532,0**	**1.767,8**	**345,3**	**-80,5%**	**-86,4%**
Banco do Brasil	0,0	551,8	0,0	-100,0%	-
BNB	45,6	0,0	221,2	-	385,4%
BNDES	0,0	0,0	0,0	-	-
Caixa	16,9	1.080,4	0,0	-100,0%	-100,0%
Correios	0,0	0,0	0,0	-	-
Eletrobras	0,0	0,0	0,0	-	-
IRB	50,8	89,2	0,0	-100,0%	-100,0%
Petrobras	2.177,1	0,0	0,0	-	-100,0%
Demais	241,7	46,4	124,1	167,4%	-48,6%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

Tabela 3.2. Dividendos pagos à União [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	2014 Jan-Abr	2015 Jan-Abr	Variação (%) Jan-Abr/15 Jan-Abr/14
DIVIDENDOS	**8.231,3**	**2.233,6**	**-72,9%**
Banco do Brasil	649,5	680,9	4,8%
BNB	42,1	221,2	425,0%
BNDES	3.898,2	0,0	-100,0%
Caixa	1.357,6	1.072,8	-21,0%
Correios	0,0	0,0	-
Eletrobras	0,0	0,0	-
IRB	47,0	88,5	88,5%
Petrobras	2.012,7	0,0	-100,0%
Demais	224,4	170,2	-24,1%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

Tabela 3.2. Dividendos pagos à União [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - A Preços de Abril de 2015

Discriminação	2014 Jan-Abr	2015 Jan-Abr	Variação (%) Jan-Abr/15 Jan-Abr/14
DIVIDENDOS	**8.975,6**	**2.248,7**	**-74,9%**
Banco do Brasil	709,2	687,5	-3,1%
BNB	45,6	221,2	385,4%
BNDES	4.265,0	0,0	-100,0%
Caixa	1.485,3	1.080,4	-27,3%
Correios	0,0	0,0	-
Eletrobras	0,0	0,0	-
IRB	50,8	89,2	75,5%
Petrobras	2.177,1	0,0	-100,0%
Demais	242,7	170,5	-29,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões - A Preços Correntes

TESOURO NACIONAL

Discriminação	2014	2015		Variação (%)	
	Abril	Março	Abril	Abr/15 Mar/15	Abr/15 Abr/14
DESPESA TOTAL	**79.422,5**	**81.110,2**	**89.111,9**	**9,9%**	**12,2%**
Despesas do Tesouro	**49.245,5**	**47.285,1**	**55.211,5**	**16,8%**	**12,1%**
Pessoal e Encargos Sociais [2/]	***16.674,9***	***17.274,9***	***17.904,4***	***3,6%***	***7,4%***
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	***164,9***	***124,5***	***139,3***	***11,9%***	*-15,6%*
Custeio e Capital	***32.196,6***	***29.826,8***	***37.108,4***	***24,4%***	***15,3%***
Despesa do FAT	*2.992,5*	*3.580,4*	*3.868,9*	*8,1%*	*29,3%*
Abono e Seguro Desemprego	2.970,1	3.545,3	3.834,5	8,2%	29,1%
Demais Despesas do FAT	22,4	35,0	34,4	-1,9%	53,6%
Subsídios e Subvenções Econômicas [4/]	*1.422,9*	*573,0*	*3.818,2*	*566,4%*	*168,3%*
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	1.005,5	118,7	3.308,8	-	229,1%
Equalização de custeio agropecuário	409,7	21,7	541,6	-	32,2%
Equalização de invest. rural e agroindustrial [5/]	97,5	3,1	4,1	29,3%	-95,8%
Política de preços agrícolas	62,0	-117,1	49,9	-	-19,5%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	7,3	0,0	17,7	-	142,0%
Equalização Aquisições do Governo Federal	4,7	-143,7	5,1	-	8,2%
Garantia à Sustentação de Preços	50,0	26,5	27,1	2,2%	-45,8%
Pronaf	387,0	14,0	418,4	-	8,1%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	388,3	14,4	419,3	-	8,0%
Concessão de Financiamento [6/]	-1,3	-0,5	-0,8	83,0%	-37,1%
Aquisição	0,0	0,0	0,0		
Proex	-2,7	-1,2	30,6	-	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	52,1	87,8	68,5%	-
Concessão de Financiamento [6/]	-2,7	-53,3	-57,2	7,2%	-
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) [7/]	0,0	0,0	0,0	-	-
Álcool	0,0	0,0	0,0	-	-
Cacau	0,0	0,0	0,0	-	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-	-
Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-	-
Fundo da terra/ INCRA [6/]	-6,2	-6,7	-8,7	29,1%	39,8%
Funcafé	6,5	4,0	1,6	-60,0%	-75,1%
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	-	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	37,9	71,0	1.954,0	-	-
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,2	129,9	0,0	-	-
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) [8/]	0,0	0,0	0,0	-	-
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) [6/]	0,0	0,0	0,0	-	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	117,2	-	-
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	200,0	-	-
Subvenções Econômicas	13,7	0,0	0,0	-	-100,0%
Equalização dos Fundos FDA/FNDE/FCO	0,0	0,0	0,0	-	-
Sudene	0,0	0,0	0,0		
Receitas de Recuperação de Subvenções 12/	0,0	0,0	0,0		
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	*417,4*	*454,2*	*509,5*	*12,2%*	*22,0%*
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) [9/]	*3.143,8*	*3.547,8*	*3.565,3*	*0,5%*	*13,4%*
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios [10/]	*57,6*	*60,6*	*77,8*	*28,5%*	*35,1%*
Capitalização da Petrobras	*0,0*	*0,0*	*0,0*	-	-
Auxílio à CDE	0,0	*0,0*	*0,0*	-	-
Outras Despesas de Custeio e Capital	24.637,4	22.125,6	25.856,0	*16,9%*	*4,9%*
Sentenças Judiciais e Precatórios	55,2	82,4	67,8	-17,7%	22,8%
Legislativo	132,8	163,9	131,5	-19,8%	-1,0%
Judiciário	639,2	899,3	771,7	-14,2%	20,7%
Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	575,6	411,5	328,0	-20,3%	-43,0%
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	4.455,2	2.961,4	2.869,2	-3,1%	-35,6%
Fundo Constitucional DF	81,1	655,0	608,3	-7,1%	649,9%
Outras Obrigatórias [10/]	97,2	614,1	641,1	4,4%	559,4%
Discricionárias	16.379,2	14.185,2	15.759,6	11,1%	-3,8%
Compensação RGPS [11/]	*2.221,8*	*1.725,3*	*4.187,6*	***142,7%***	***88,5%***
Complementação do FGTS (LC nº 110/01)	*0,0*	*427,4*	*491,4*		
Transferência do Tesouro ao Banco Central	***374,0***	***183,4***	***198,6***	***8,3%***	***-46,9%***
Benefícios Previdenciários	**29.870,5**	**33.560,9**	**33.564,0**	**0,0%**	**12,4%**
Benefícios Previdenciários - Urbano [3/]	***23.159,6***	***25.996,9***	***26.017,9***	***0,1%***	***12,3%***
Sentenças Judiciais e Precatórios	*385,4*	*297,9*	*417,9*	*40,3%*	*8,4%*
Benefícios Previdenciários - Rural [3/]	***6.710,9***	***7.563,9***	***7.546,1***	***-0,2%***	***12,4%***
Sentenças Judiciais e Precatórios	*112,4*	*87,1*	*121,9*	*39,9%*	*8,4%*
Despesas do Banco Central	**306,56**	**264,20**	**336,45**	**27,3%**	**9,7%**
Memo:				-	-
Parcela patronal da CPSS [2/]	1.205,8	1.404,7	1.276,1	-9,2%	5,8%
RMV [8/]	141,5	139,2	137,5	*-1,2%*	*-2,9%*

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

2/ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

5/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

6/ Concessão de empréstimos menos retornos.

7/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada à inscrição em Dívida Ativa da União.

8/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos re

9/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

10/ A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

11/ Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central [1/] - Brasil - Mensal
R$ Milhões - A Preços de Abril de 2015

TESOURO NACIONAL

Discriminação	2014	2015		Variação (%)	
	Abril	Março	Abril	Abr/15 Mar/15	Abr/15 Abr/14
DESPESA TOTAL	**85.912,6**	**81.686,1**	**89.111,9**	**9,1%**	**3,7%**
Despesas do Tesouro	**53.269,6**	**47.620,8**	**55.211,5**	**15,9%**	**3,6%**
Pessoal e Encargos Sociais [2/]	***18.037,5***	***17.397,6***	***17.904,4***	***2,9%***	***-0,7%***
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	***178,4***	***125,4***	***139,3***	***11,1%***	*-21,9%*
Custeio e Capital	***34.827,5***	***30.038,5***	***37.108,4***	***23,5%***	***6,5%***
Despesa do FAT	*3.237,0*	*3.605,8*	*3.868,9*	*7,3%*	*19,5%*
Abono e Seguro Desemprego	3.212,8	3.570,5	3.834,5	7,4%	19,3%
Demais Despesas do FAT	24,2	35,3	34,4	-2,5%	42,0%
Subsídios e Subvenções Econômicas [4/]	*1.539,2*	*577,0*	*3.818,2*	*561,7%*	*148,1%*
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	1.087,7	119,6	3.308,8	-	204,2%
Equalização de custeio agropecuário	443,1	21,9	541,6	-	22,2%
Equalização de invest. rural e agroindustrial [5/]	105,4	3,2	4,1	28,4%	-96,1%
Política de preços agrícolas	67,1	-118,0	49,9	-	-25,6%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	7,9	0,0	17,7	-	123,7%
Equalização Aquisições do Governo Federal	5,1	-144,7	5,1	-	0,0%
Garantia à Sustentação de Preços	54,1	26,7	27,1	1,5%	-49,9%
Pronaf	418,6	14,1	418,4	-	0,0%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	420,1	14,5	419,3	-	-0,2%
Concessão de Financiamento [6/]	-1,5	-0,5	-0,8	81,7%	-41,9%
Aquisição	0,0	0,0	0,0		
Proex	-2,9	-1,2	30,6	-	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	52,5	87,8	67,3%	-
Concessão de Financiamento [6/]	-2,9	-53,7	-57,2	6,5%	-
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) [7/]	0,0	0,0	0,0	-	-
Álcool	0,0	0,0	0,0	-	-
Cacau	0,0	0,0	0,0	-	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-	-
Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-	-
Fundo da terra/ INCRA [6/]	-6,7	-6,8	-8,7	28,2%	29,2%
Funcafé	7,0	4,1	1,6	-60,3%	-77,0%
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	-	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	41,0	71,5	1.954,0	-	-
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,3	130,8	0,0	-	-
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) [8/]	0,0	0,0	0,0	-	-
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) [6/]	0,0	0,0	0,0	-	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	117,2	-	-
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	200,0	-	-
Subvenções Econômicas	14,8	0,0	0,0	-	-100,0%
Equalização dos Fundos FDA/FNDE/FCO	0,0	0,0	0,0	-	-
Sudene	0,0	0,0	0,0		
Receitas de Recuperação de Subvenções 12/	0,0	0,0	0,0		
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	*451,6*	*457,5*	*509,5*	*11,4%*	*12,8%*
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) [9/]	*3.400,7*	*3.573,0*	*3.565,3*	*-0,2%*	*4,8%*
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios [10/]	*62,3*	*61,0*	*77,8*	*27,6%*	*24,9%*
Capitalização da Petrobras	*0,0*	*0,0*	*0,0*	-	-
Auxílio à CDE	0,0	*0,0*	*0,0*	-	-
Outras Despesas de Custeio e Capital	26.650,6	22.282,7	25.856,0	*16,0%*	*-3,0%*
Sentenças Judiciais e Precatórios	59,7	83,0	67,8	-18,3%	13,5%
Legislativo	143,6	165,1	131,5	-20,4%	-8,5%
Judiciário	691,5	905,7	771,7	-14,8%	11,6%
Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	622,7	414,4	328,0	-20,9%	-47,3%
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	4.819,3	2.982,5	2.869,2	-3,8%	-40,5%
Fundo Constitucional DF	87,7	659,7	608,3	-7,8%	593,3%
Outras Obrigatórias [10/]	105,2	618,5	641,1	3,7%	509,6%
Discricionárias	17.717,6	14.285,9	15.759,6	10,3%	-11,1%
Compensação RGPS [11/]	*2.403,3*	*1.737,5*	*4.187,6*	***141,0%***	***74,2%***
Complementação do FGTS (LC nº 110/01)	*0,0*	*430,4*	*491,4*		
Transferência do Tesouro ao Banco Central	***404,6***	***184,7***	***198,6***	***7,5%***	***-50,9%***
Benefícios Previdenciários	**32.311,4**	**33.799,1**	**33.564,0**	**-0,7%**	**3,9%**
Benefícios Previdenciários - Urbano [3/]	***25.052,1***	***26.181,5***	***26.017,9***	***-0,6%***	***3,9%***
Sentenças Judiciais e Precatórios	*416,9*	*300,0*	*417,9*	*39,3%*	*0,2%*
Benefícios Previdenciários - Rural [3/]	***7.259,3***	***7.617,6***	***7.546,1***	***-0,9%***	***4,0%***
Sentenças Judiciais e Precatórios	*121,6*	*87,8*	*121,9*	*38,9%*	*0,2%*
Despesas do Banco Central	**331,61**	**266,07**	**336,45**	**26,4%**	**1,5%**
Memo:				-	-
Parcela patronal da CPSS [2/]	1.304,3	1.414,7	1.276,1	-9,8%	-2,2%
RMV [8/]	153,1	140,2	137,5	*-1,9%*	*-10,2%*

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

2/ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

5/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

6/ Concessão de empréstimos menos retornos.

7/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada à inscrição em Dívida Ativa da União.

8/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

9/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

10/ A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

11/ Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - A Preços Correntes

TESOURO NACIONAL

Discriminação	2014 Jan-Abr	2015 Jan-Abr	Variação (%) Jan-Abr/15 Jan-Abr/14
DESPESA TOTAL	**314.632,5**	**340.221,5**	**8,1%**
Despesas do Tesouro	**197.160,1**	**207.554,8**	**5,3%**
Pessoal e Encargos Sociais [2/]	***68.661,1***	***72.800,6***	***6,0%***
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	***753,9***	***584,9***	*-22,4%*
Custeio e Capital	***127.517,8***	***134.093,3***	***5,2%***
Despesa do FAT	*13.276,2*	*14.732,2*	*11,0%*
Abono e Seguro Desemprego	13.143,7	14.630,9	11,3%
Demais Despesas do FAT	132,5	101,3	-23,6%
Subsídios e Subvenções Econômicas [4/]	*3.393,8*	*6.479,9*	*90,9%*
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	1.885,7	4.605,3	144,2%
Equalização de custeio agropecuário	493,0	645,7	31,0%
Equalização de invest. rural e agroindustrial [5/]	104,8	20,4	-80,5%
Política de preços agrícolas	272,6	-29,1	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	7,6	17,7	132,5%
Equalização Aquisições do Governo Federal	174,9	-120,5	-
Garantia à Sustentação de Preços	90,0	73,6	-18,2%
Pronaf	472,3	558,2	18,2%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	412,5	561,1	36,0%
Concessão de Financiamento [6/]	59,8	-2,9	-
Aquisição	0,0	0,0	-
Proex	61,8	132,1	113,9%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	164,4	249,2	51,6%
Concessão de Financiamento [6/]	-102,6	-117,1	14,1%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) [7/]	272,9	221,6	-18,8%
Álcool	0,0	24,7	-
Cacau	0,0	0,0	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995)	0,0	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA [6/]	-26,5	-25,8	-2,4%
Funcafé	39,3	23,5	-40,1%
Revitaliza	0,0	1,2	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	53,9	2.115,8	-
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	12,8	392,3	-
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) [8/]	0,8	2,9	243,3%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) [6/]	0,0	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	117,2	-
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	50,1	400,0	699,0%
Subvenções Econômicas	78,0	0,0	-100,0%
Equalização dos Fundos FDA/FNDE/FCO	0,0	5,2	-
Sudene	0,0	0,0	-
Receitas de Recuperação de Subvenções	0,0	-0,7	-
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	1.508,1	1.874,5	24,3%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) [9/]	12.092,0	14.052,7	*16,2%*
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	248,3	306,8	*23,5%*
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	-
Auxílio à CDE	2.772,8	1.250,0	*-54,9%*
Outras Despesas de Custeio e Capital	95.983,0	97.578,5	*1,7%*
Sentenças Judiciais e Precatórios	166,7	491,0	194,6%
Legislativo	546,2	545,0	-0,2%
Judiciário	2.438,9	2.914,8	19,5%
Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	2.083,2	1.019,4	-51,1%
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	19.910,3	13.299,1	-33,2%
Fundo Constitucional DF	351,9	2.602,1	639,4%
Outras Obrigatórias [10/]	441,1	1.590,4	260,6%
Discricionárias	64.867,5	64.034,3	-1,3%
Complementação do FGTS (LC nº 110/01)	5.177,2	9.232,5	
Compensação RGPS [11/]	0,0	1.849,9	-
Transferência do Tesouro ao Banco Central	***981,2***	***660,8***	***-32,7%***
Benefícios Previdenciários	**116.453,1**	**131.557,7**	**13,0%**
Benefícios Previdenciários - Urbano [3/]	***90.533,0***	***101.824,9***	***12,5%***
Sentenças Judiciais e Precatórios	*1.653,6*	*1.486,1*	*-10,1%*
Benefícios Previdenciários - Rural [3/]	***25.920,1***	***29.732,7***	***14,7%***
Sentenças Judiciais e Precatórios	*486,8*	*437,3*	*-10,2%*
Despesas do Banco Central	**1.019,3**	**1.109,1**	**8,8%**
Memo:			-
Parcela patronal da CPSS [2/]	4.994,9	5.432,7	8,8%
RMV [8/]	550,7	537,8	-2,3%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

2/ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

5/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

6/ Concessão de empréstimos menos retornos.

7/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada à inscrição em Dívida Ativa da União.

8/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

9/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

10/ A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

11/ Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões - A Preços de Abril de 2015

TESOURO NACIONAL

Discriminação	2014 Jan-Abr	2015 Jan-Abr	Variação (%) Jan-Abr/15 Jan-Abr/14
DESPESA TOTAL	**344.317,5**	**345.415,6**	**0,3%**
Despesas do Tesouro	**215.814,5**	**210.788,3**	**-2,3%**
Pessoal e Encargos Sociais [2/]	***75.151,4***	***73.940,3***	***-1,6%***
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	***828,1***	***595,3***	*-28,1%*
Custeio e Capital	***139.590,4***	***136.179,3***	***-2,4%***
Despesa do FAT	*14.550,1*	*14.965,5*	*2,9%*
Abono e Seguro Desemprego	14.404,8	14.863,2	3,2%
Demais Despesas do FAT	145,3	102,4	-29,5%
Subsídios e Subvenções Econômicas [4/]	*3.708,8*	*6.540,0*	*76,3%*
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	2.058,9	4.638,4	125,3%
Equalização de custeio agropecuário	534,2	647,6	21,2%
Equalização de invest. rural e agroindustrial [5/]	113,4	20,7	-81,7%
Política de preços agrícolas	300,2	-29,2	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	8,2	17,7	114,8%
Equalização Aquisições do Governo Federal	194,0	-121,1	-
Garantia à Sustentação de Preços	97,9	74,2	-24,2%
Pronaf	512,1	560,8	9,5%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	446,8	563,8	26,2%
Concessão de Financiamento [6/]	65,3	-2,9	-
Aquisição	0,0	0,0	-
Proex	68,4	134,3	96,2%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	181,1	252,4	39,4%
Concessão de Financiamento [6/]	-112,7	-118,2	4,8%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) [7/]	302,0	228,9	-24,2%
Álcool	0,0	25,2	-
Cacau	0,0	0,0	-
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (Lei nº 9.138/1995)	0,0	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA [6/]	-29,0	-26,2	-9,5%
Funcafé	43,1	24,0	-44,4%
Revitaliza	0,0	1,3	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	58,7	2.119,1	-
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	14,1	401,8	-
Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD) [8/]	0,9	2,9	221,7%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) [6/]	0,0	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	117,2	-
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	-
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	55,4	405,3	631,7%
Subvenções Econômicas	85,4	0,0	-100,0%
Equalização dos Fundos FDA/FNDE/FCO	0,0	5,3	-
Sudene	0,0	0,0	-
Receitas de Recuperação de Subvenções	0,0	-0,7	-
Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	1.649,9	1.901,7	15,3%
Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) [9/]	13.226,8	14.262,2	*7,8%*
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	272,6	312,2	*14,5%*
Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	-
Auxílio à CDE	3.035,3	1.291,1	*-57,5%*
Outras Despesas de Custeio e Capital	105.069,6	99.120,5	*-5,7%*
Sentenças Judiciais e Precatórios	182,2	501,9	175,5%
Legislativo	597,6	552,8	-7,5%
Judiciário	2.667,3	2.953,6	10,7%
Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	2.278,7	1.030,4	-54,8%
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	21.815,1	13.531,4	-38,0%
Fundo Constitucional DF	385,2	2.643,1	586,2%
Outras Obrigatórias [10/]	483,8	1.603,7	231,4%
Discricionárias	71.011,1	65.092,7	-8,3%
Compensação RGPS [11/]	5.648,6	9.333,3	65,2%
Complementação do FGTS (LC nº 110/01)	0,0	1.877,4	
Transferência do Tesouro ao Banco Central	***1.072,6***	***668,6***	***-37,7%***
Benefícios Previdenciários	**127.388,8**	**133.503,0**	**4,8%**
Benefícios Previdenciários - Urbano [3/]	***99.035,7***	***103.328,6***	***4,3%***
Sentenças Judiciais e Precatórios	*1.815,4*	*1.511,0*	*-16,8%*
Benefícios Previdenciários - Rural [3/]	***28.353,1***	***30.174,3***	***6,4%***
Sentenças Judiciais e Precatórios	*534,5*	*444,7*	*-16,8%*
Despesas do Banco Central	**1.114,3**	**1.124,4**	**0,9%**
Memo:			-
Parcela patronal da CPSS [2/]	5.466,8	5.517,0	0,9%
RMV [8/]	602,4	545,7	-9,4%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única.

2/ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

5/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

6/ Concessão de empréstimos menos retornos.

7/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada à inscrição em Dívida Ativa da União.

8/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

9/ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. A partir de janeiro de 2010, a rubrica inclui despesas com sentenças judiciais e precatórios.

10/ A partir de 01/03/2012, inclui despesas realizadas com recursos de complementação do FGTS, conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012.

11/ Despesa correspondente à compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em função da desoneração da folha de pagamentos, conforme previsto na Lei nº 12.715/2012.

Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão [1/] - Brasil - Acumulado no Ano
R$ Milhões

Discriminação	Jan-Abr/2014						Jan-Abr/2015					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano [2/]			Dotação autorizada no ano [4/]	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano [2/]		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos [3/]	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos [3/]	Total
INVESTIMENTO TOTAL	**100.399.553,0**	**20.402.161,3**	**3.062.971,0**	**2.570.597,8**	**24.783.547,8**	**27.352.650,3**	**129.814.504,1**	**7.219.572,4**	**1.682.172,1**	**1.132.411,1**	**18.186.025,0**	**19.318.436,2**
Câmara dos Deputados	232.180,2	6.108,6	1.864,4	1.863,2	16.691,4	18.554,5	327.375,9	10.116,9	3.334,8	1.212,1	27.888,8	29.100,9
Senado Federal	69.831,6	3.876,3	26,1	26,1	7.828,8	7.854,9	87.406,7	2.018,9	335,7	335,7	20.181,2	20.516,9
Tribunal de Contas da União	63.914,2	10.945,5	232,0	232,0	25.036,2	25.268,2	111.614,8	30.260,0	629,4	629,4	28.713,3	29.342,6
Supremo Tribunal Federal	39.357,6	4.527,8	507,0	504,8	6.508,3	7.013,1	63.552,3	5.689,9	285,3	285,3	2.985,7	3.271,0
Superior Tribunal de Justiça	24.704,0	5.604,7	98,6	94,0	5.827,8	5.921,8	75.231,5	3.133,3	111,9	104,8	5.701,5	5.806,3
Justiça Federal	402.615,2	165.400,6	4.389,0	4.132,3	76.665,8	80.798,0	653.086,5	38.223,0	2.571,1	2.511,6	80.788,5	83.300,1
Justiça Militar	19.498,2	590,8	149,7	149,7	2.951,1	3.100,7	21.308,9	1.717,3	210,3	23,1	2.900,4	2.923,5
Justiça Eleitoral	319.168,7	28.515,3	1.261,5	936,7	43.274,7	44.211,3	579.085,2	26.416,1	1.176,2	1.167,3	92.663,1	93.830,4
Justiça do Trabalho	625.850,5	50.555,6	4.313,9	4.200,6	92.938,8	97.139,3	683.691,2	35.088,2	1.796,3	1.595,9	117.123,6	118.719,5
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	50.845,0	16.271,0	3.068,3	2.260,1	14.081,7	16.341,8	132.408,9	6.342,7	71,8	64,1	13.061,0	13.125,2
Conselho Nacional de Justiça	70.742,1	1.397,9	51,7	51,7	2.495,6	2.547,3	118.171,7	138,9	0,0	0,0	3.087,8	3.087,8
Presidência da República [5/]	4.129.958,4	730.848,4	222.913,2	222.832,3	714.807,5	937.639,8	5.541.141,1	693.199,8	689.715,5	689.708,5	550.341,7	1.240.050,2
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	742.604,9	2.427,0	1.640,3	1.622,3	192.522,0	194.144,4	404.186,7	3.704,1	0,0	0,0	179.022,9	179.022,9
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.180.608,7	37.470,0	8.232,9	7.719,4	228.286,0	236.005,4	1.657.073,9	2.975,0	0,0	0,0	214.110,6	214.110,6
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.429.357,8	286.895,7	147.874,0	32.808,5	206.264,4	239.072,9	1.367.765,5	19.454,4	2.740,8	61,3	301.686,8	301.748,1
Ministério da Fazenda	1.644.981,8	200.201,0	46.434,6	46.241,8	173.393,2	219.635,0	1.631.272,4	35.099,6	12.809,1	12.809,1	357.318,7	370.127,8
Ministério da Educação	14.118.720,7	2.158.013,6	275.176,6	199.105,0	3.081.339,5	3.280.444,5	18.224.919,4	855.578,8	105.386,6	74.930,6	2.090.569,4	2.165.499,9
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	167.509,0	9.439,9	4.575,5	4.575,5	7.992,5	12.568,0	354.324,0	726,8	266,8	266,8	13.021,8	13.288,6
Defensoria Pública da União	13.387,5	20,7	1,4	1,4	899,3	0,0	66.480,0	2.785,9	2.023,9	2.023,9	8.657,6	10.681,5
Ministério da Justiça	1.966.808,0	219.630,7	759,5	596,7	522.053,6	522.650,3	2.108.086,7	12.419,1	1.673,7	1.672,3	157.713,5	159.385,8
Ministério de Minas e Energia	147.236,6	164.866,9	40.444,6	36.800,8	33.593,7	70.394,5	197.644,0	90,0	29,9	29,9	51.918,4	51.948,3
Ministério da Previdência Social	147.841,6	80.779,5	3.631,4	1.215,4	32.138,7	33.354,0	150.292,8	3.945,1	1.532,6	611,9	18.371,9	18.983,8
Ministério Público da União	352.414,8	19.720,8	5.348,7	5.343,3	56.051,4	61.394,8	497.401,7	8.810,8	3.730,5	3.730,5	61.631,5	65.362,1
Ministério das Relações Exteriores	30.211,3	5.786,8	2.687,6	2.687,6	1.949,3	4.636,9	63.717,9	3.575,5	2.510,2	2.504,6	4.175,4	6.680,0
Ministério da Saúde	10.012.892,8	680.782,3	209.245,3	59.744,3	1.775.304,1	1.835.048,4	11.757.194,4	432.680,8	150.809,7	104.645,1	844.373,1	949.018,2
Ministério do Trabalho e Emprego	107.791,2	3.055,8	457,4	457,4	8.959,4	9.416,8	183.021,0	21,0	0,0	0,0	11.227,3	11.227,3
Ministério dos Transportes	15.827.880,4	4.452.135,3	417.281,2	416.819,9	4.675.255,3	5.092.075,2	19.108.764,3	1.162.542,2	199.125,9	73.782,5	3.785.079,9	3.858.862,4
Ministério das Comunicações	278.546,2	227.748,8	8,0	8,0	60.661,0	60.669,0	1.365.307,2	0,0	0,0	0,0	6.579,4	6.579,4
Ministério da Cultura	513.706,7	33.961,1	1.030,0	81,9	116.118,4	116.200,3	495.906,0	20.245,8	2.215,8	1.777,8	59.177,7	60.955,5
Ministério do Meio Ambiente	406.845,9	9.536,6	1.592,3	1.592,3	22.231,1	23.823,5	230.079,3	10.117,4	135,8	135,8	17.792,9	17.928,7
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.889.224,1	118.378,8	2.253,9	1.255,5	1.617.189,2	1.618.444,8	3.417.944,6	0,0	0,0	0,0	98.995,9	98.995,9
Ministério do Esporte	1.406.164,7	53.553,6	0,5	0,5	198.483,0	198.483,5	3.043.177,7	6.985,1	100,0	100,0	358.844,8	358.944,8
Ministério da Defesa	9.485.161,0	4.251.876,9	974.430,4	907.027,4	3.866.819,6	4.773.847,0	13.363.965,2	1.380.865,7	471.282,4	130.167,9	1.931.237,6	2.061.405,4
Ministério da Integração Nacional	7.632.545,5	1.219.426,6	140.901,2	67.728,9	1.294.643,8	1.362.372,7	6.604.563,6	181.654,0	25.532,6	25.495,9	1.284.846,0	1.310.341,9
Ministério do Turismo	1.083.580,6	58.086,0	7.566,0	7.566,0	134.613,1	142.179,0	1.518.793,7	1.470,3	0,0	0,0	149.629,8	149.629,8
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	894.483,7	12.699,9	284,6	284,6	231.104,6	231.389,3	639.767,8	2,6	0,0	0,0	68.574,1	68.574,1
Ministério das Cidades	22.641.465,0	5.067.295,6	532.189,4	531.996,7	5.227.520,0	5.759.516,7	32.404.520,4	2.221.344,8	14,9	14,9	5.161.388,9	5.161.403,8
Ministério da Pesca e Agricultura	190.136,7	634,5	21,9	21,9	7.192,6	7.214,5	461.792,7	0,0	0,0	0,0	3.741,0	3.741,0
Conselho Nacional do Ministério Público	7.180,0	5,1	1,6	1,6	1.276,5	1.278,1	4.133,3	120,0	0,0	0,0	429,1	429,1
Advocacia Geral da União	31.600,0	3.089,0	24,8	9,8	584,9	0,0	98.333,3	12,6	12,6	12,6	472,5	485,0

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Corresponde ao investimento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contemplando grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras. Inclui despesas com o Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 516/2012.

2/ Despesas pagas correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela 1.1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

3/ Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte.

4/ Incorpora os efeitos da perda de eficácia da Medida Provisória nº 598/12 em 03 de junho de 2013.

5/ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União.

Tabela 6.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal
R$ Milhões

Discriminação	2014	2015		Variação (%)	
	Abril	Março	Abril	Abr/15 Mar/15	Abr/15 Abr/14
1. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	**849.913,8**	**1.065.213,0**	**1.075.785,2**	**1,0%**	**26,6%**
Dívida Interna	**2.921.230,6**	**3.418.145,8**	**3.428.330,3**	**0,3%**	**17,4%**
DPMFi em Poder do Público 1/	***1.959.660,7***	***2.316.486,5***	***2.333.796,4***	***0,7%***	***19,1%***
LFT	388.552,2	457.288,8	482.885,3	5,6%	24,3%
LTN	571.155,9	726.854,4	678.711,7	-6,6%	18,8%
NTN-B	684.847,3	756.398,5	778.445,8	2,9%	13,7%
NTN-C	70.671,4	72.849,9	73.468,4	0,8%	4,0%
NTN-F	208.654,2	262.468,3	280.695,5	6,9%	34,5%
Dívida Securitizada	7.424,9	6.871,6	6.838,8	-0,5%	-7,9%
Demais Títulos em Poder do Público	28.354,7	33.755,0	32.750,8	-3,0%	15,5%
DPMFi em Poder do Banco Central	***986.393,6***	***1.124.909,1***	***1.117.913,6***	***-0,6%***	***13,3%***
LFT	179.776,5	166.742,8	168.329,0	1,0%	-6,4%
LTN	321.931,5	405.485,8	388.723,0	-4,1%	20,7%
Demais Títulos na Carteira do BCB	484.685,6	552.680,6	560.861,6	1,5%	15,7%
(-) Aplicações em Títulos Públicos	***-28.422,7***	***-31.906,0***	***-32.029,8***	***0,4%***	***12,7%***
Demais Obrigações Internas	***3.599,0***	***8.656,2***	***8.650,0***	***-0,1%***	***140,3%***
Haveres Internos	**2.071.316,8**	**2.352.932,8**	**2.352.545,1**	**0,0%**	**13,6%**
Disponibilidades Internas	***573.745,3***	***718.136,2***	***704.795,6***	***-1,9%***	***22,8%***
Haveres junto aos Governos Regionais	***537.162,2***	***542.741,1***	***548.707,5***	***1,1%***	***2,1%***
Bônus Renegociados	4.792,6	6.349,3	5.852,4	-7,8%	22,1%
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	1.288,0	790,9	782,7	-1,0%	-39,2%
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	12.811,7	12.754,2	12.855,7	0,8%	0,3%
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	-	-
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	14.013,2	12.603,9	12.545,5	-0,5%	-10,5%
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	423.321,3	427.288,2	432.242,4	1,2%	2,1%
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	73.571,9	76.653,1	78.095,5	1,9%	6,1%
Antecipação de Royalties	5.335,8	4.247,5	4.279,4	0,7%	-19,8%
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.027,7	2.054,0	2.053,9	0,0%	1,3%
Haveres da Administração Indireta	***359.189,0***	***389.702,7***	***395.093,0***	***1,4%***	***10,0%***
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	198.448,8	199.557,7	203.478,7	2,0%	2,5%
Fundos Constitucionais Regionais	86.482,4	95.707,3	96.542,9	0,9%	11,6%
Fundos Diversos	74.257,8	94.437,7	95.071,4	0,7%	28,0%
Haveres Administrados pela STN	***601.220,3***	***702.352,8***	***703.949,0***	***0,2%***	***17,1%***
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.811,6	5.839,2	5.844,6	0,1%	0,6%
Haveres de Operações Estruturadas	66.753,9	76.847,2	75.288,3	-2,0%	12,8%
Haveres Originários de Privatizações	8.567,7	0,0	0,0	-	-100,0%
Haveres de Legislação Específica	495.235,6	593.660,6	594.477,8	0,1%	20,0%
Demais Haveres Administrados pela STN	24.851,5	26.005,9	28.338,3	9,0%	14,0%
2. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	**92.478,2**	**124.123,6**	**117.071,9**	**-5,7%**	**26,6%**
Dívida Externa	**92.902,1**	**124.716,1**	**117.676,3**	**-5,6%**	**26,7%**
Dívida Mobiliária	***83.245,6***	***113.239,8***	***106.917,6***	***-5,6%***	***28,4%***
Euro	5.716,4	4.687,6	4.468,2	-4,7%	-21,8%
Global US$	63.897,7	95.039,4	88.820,8	-6,5%	39,0%
Global BRL	13.631,5	13.512,8	13.628,6	0,9%	0,0%
Demais Títulos Externos	0,0	0,0	0,0	-	-
Dívida Contratual	***9.656,5***	***11.476,3***	***10.758,7***	***-6,3%***	***11,4%***
Organismos Multilaterais	2.919,8	4.282,8	4.020,3	-6,1%	37,7%
Credores Privados e Ag. Governamentais	6.736,7	7.193,5	6.738,4	-6,3%	0,0%
Haveres Externos	**423,9**	**592,5**	**604,4**	**2,0%**	**42,6%**
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	***423,9***	***592,5***	***604,4***	***2,0%***	***42,6%***
3. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (1+2)	**942.392,0**	**1.189.336,6**	**1.192.857,1**	**0,3%**	**26,6%**
4. DIVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB 2/	**17,8%**	**21,3%**	**21,2%**	**-0,4%**	**19,4%**

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

2/ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.